



Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Prainha**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

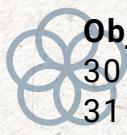
**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)....	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023).....	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50



INTRODUÇÃO

AAgenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Prainha (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.

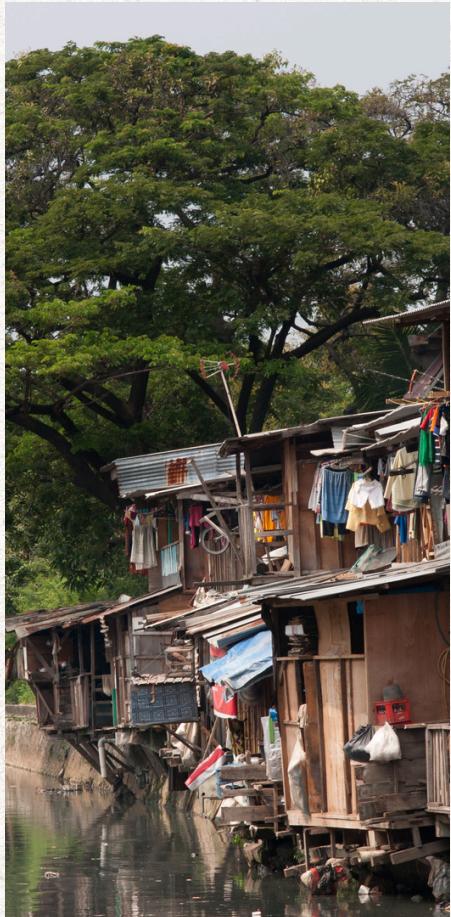


Evolução da Taxa de Pobreza

Entre 2019 e 2023, a taxa de pobreza em Prainha manteve-se persistentemente alta, oscilando entre 74% e 76%, com leve redução em 2022 (para cerca de 72%), mas voltando a subir em 2023, atingindo 76,7%. Este comportamento sugere uma condição estrutural de pobreza profunda, que não foi significativamente impactada por políticas redistributivas ou variações econômicas conjunturais. A Região de Integração (RI) Baixo Amazonas apresentou um comportamento mais moderado, com taxas em torno de 53% até 2021, mas registrando um pico abrupto em 2022 (59,8%), possivelmente refletindo efeitos retardados da pandemia

de COVID-19 ou queda na capacidade de políticas compensatórias (Gráfico 1).

Já no estado do Pará como um todo, observou-se um padrão mais controlado, com taxas abaixo de 43% até 2021, mas também apresentando aumento expressivo em 2022 (quase 59%), antes de recuar para 43,8% em 2023. Esse comportamento evidencia a sensibilidade das condições de pobreza à conjuntura macroeconômica recente e aponta que, apesar da recuperação parcial em 2023, ainda há fragilidade nas redes de proteção social. O contraste entre Prainha e os demais níveis evidencia desigualdades territoriais relevantes e sinaliza neces-

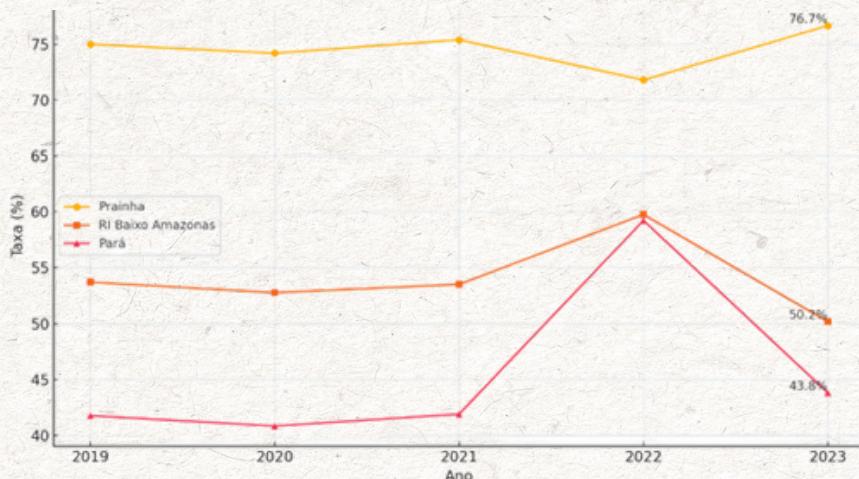




sidade de intervenções específicas no município (Gráfico 1).

O comportamento mais estável – e mais alto – da taxa de pobreza em Prainha, quando comparado à RI e ao estado, reforça a tese de que o município enfrenta entraves estruturais severos, que vão além das flutuações conjunturais. Mesmo em anos em que houve melhora em outras esferas territoriais (como em 2023 no estado), Prainha manteve ou agravou sua condição, o que aponta para a necessidade de políticas locais mais intensivas, com foco em geração de renda, inclusão produtiva e melhoria da infraestrutura social (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 76,7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

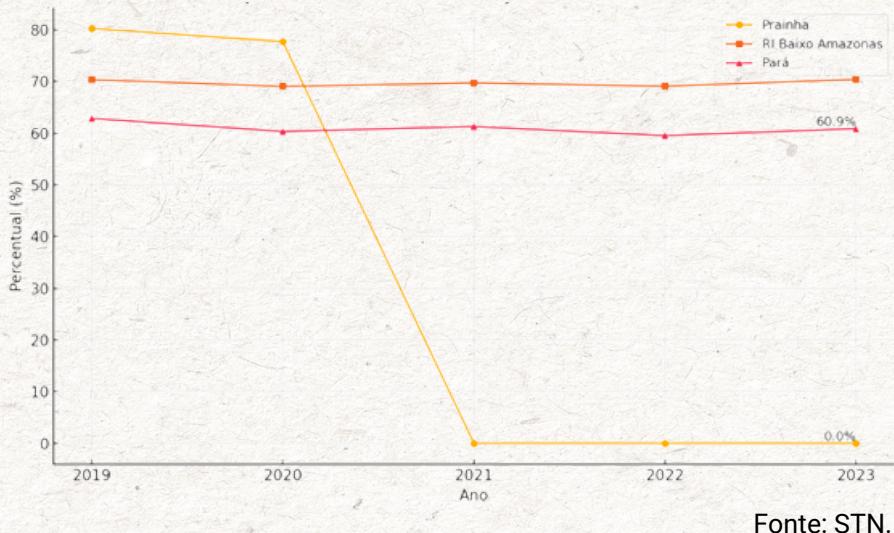
O comportamento das despesas públicas com serviços essenciais em Prainha revela uma ruptura drástica a partir de 2021. Até 2020, o município apresentava percentuais elevados de comprometimento orçamentário com serviços essenciais (acima de 78%), porém a partir de 2021 o indicador cai abruptamente para 0%, permanecendo nesse patamar até 2023. Tal descontinuidade pode indicar falhas graves na execução orçamentária, redirecionamento de prioridades, ou até inconsistência no registro e classificação dos gastos (Gráfico 2).

Em contrapartida, tanto a RI Baixo Amazonas quanto o estado do Pará mantiveram níveis relativamente constantes e elevados de alocação de recursos em serviços essenciais no mesmo período. A RI permaneceu com percentuais próximos a 70%, com leve tendência de redução, enquanto o Pará oscilou entre 63% e 59%, sinalizando alguma estabilidade, mesmo em contextos adversos como a pandemia. A consistência desses dados contrasta com a ausência de registros em Prainha, o que pode indicar problemas de governança local (Gráfico 2).

A ausência de investimentos registrados em serviços essenciais por parte de Prainha coincide com a manutenção das altas taxas de pobreza, sugerindo uma possível relação entre a retração da ação pública local e o agravamento das condições socioeconômicas. A correlação negativa entre os dois indicadores em Prainha reforça a importância de garantir a continuidade e eficácia do gasto público em áreas básicas, como saúde, educação e assistência social, especialmente em territórios historicamente vulneráveis (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.



Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

O indicador de prevalência de crianças com baixo peso ao nascer em Prainha apresentou significativa oscilação entre 2019 e 2023. Em 2019, a taxa era de 6,7%, inferior à média estadual e da Região de Integração (RI) Baixo Amazonas. No entanto, em 2020 houve um pico abrupto para 8,6%, seguido de uma queda acentuada em 2021, chegando a aproximadamente 7%. Esse padrão sugere fragilidade nas condições de atenção pré-natal ou instabilidade na coleta e registro dos dados de saúde materno-infantil (Gráfico 3).

A partir de 2021, observa-se uma tendência de crescimento da taxa em Prainha, atingindo 8% em 2023, ainda abaixo dos valores da RI (9%) e do estado do Pará (8,6%).

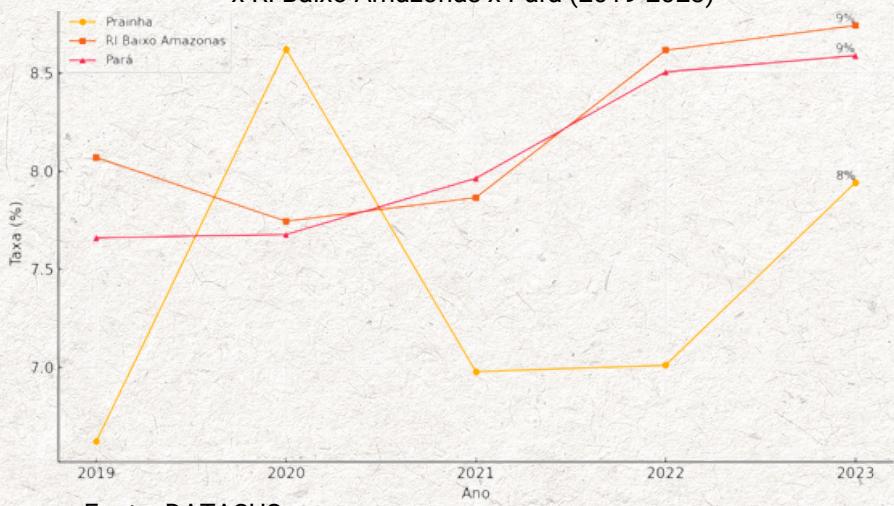
Tanto o Pará quanto a RI Baixo Amazonas apresentaram aumento progressivo no indicador ao longo dos anos, o que pode refletir tanto melhorias na cobertura de registros quanto um agravamento das condições de saúde, alimentação e assistência à gestação, especialmente em contextos de vulnerabilidade social agravados pela pandemia de COVID-19 (Gráfico 3).

Ainda que Prainha mantenha taxa inferior à média regional em 2023, o crescimento observado no último biênio sinaliza um alerta. A convergência com os patamares mais elevados das outras esferas territoriais aponta para uma possível deterioração recente nas

condições de saúde materno-infantil, exigindo atenção das políticas públicas locais, com foco em fortalecimento do pré-natal, combate à insegurança alimentar e ampliação da atenção básica às gestantes (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 8%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

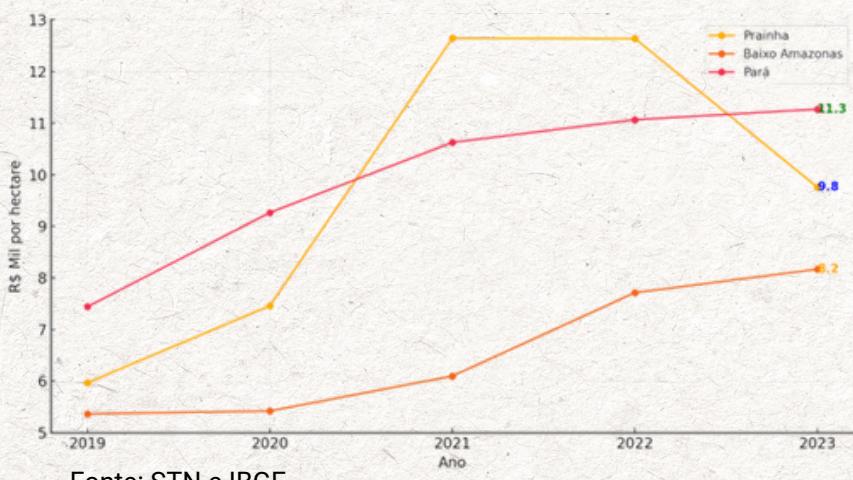
A produtividade agrícola em Prainha apresentou um crescimento expressivo entre 2019 e 2021, saindo de cerca de R\$ 6 mil por hectare para um pico de R\$ 12,7 mil, o que representa mais que o dobro em apenas dois anos. Esse salto pode estar relacionado a fatores como boas safras, aumento de preços de mercado, uso mais eficiente de tecnologias ou expansão de culturas de maior valor agregado. A manutenção desse patamar elevado em 2022 indicava um bom momento para o setor agropecuário local (Gráfico 4).

Contudo, em 2023, observa-

se uma queda considerável na produtividade em Prainha, que recua para R\$ 9,8 mil por hectare. Apesar de ainda ser um valor superior ao da RI Baixo Amazonas (R\$ 8,2 mil), esse recuo sugere uma possível instabilidade na produção agrícola, que pode estar associada a fatores climáticos adversos, aumento dos custos de insumos ou problemas logísticos. Em contraste, tanto a RI quanto o estado do Pará mantiveram uma trajetória ascendente durante todo o período, encerrando 2023 com R\$ 8,2 mil e R\$ 11,3 mil por hectare, respectivamente (Gráfico 4).

O comportamento da produtividade agrícola em Prainha evidencia tanto o potencial produtivo do território quanto sua vulnerabilidade a oscilações de contexto. O fato de a produtividade local ainda estar acima da média regional sugere capacidade competitiva, mas a reversão da tendência de crescimento alerta para a necessidade de políticas de apoio à agricultura familiar, assistência técnica e mecanismos de mitigação de riscos, como crédito rural e seguro agrícola (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 9,8 mil / ha , enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil /ha . Portanto, a meta ainda não foi alcançada .





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

Entre 2019 e 2023, a taxa de mortalidade infantil em Prainha apresentou comportamento bastante instável e discrepante em relação às médias regional e estadual. Em 2019, o município registrava uma taxa de 9 por mil nascidos vivos, significativamente inferior à da RI Baixo Amazonas (18,9) e à do estado do Pará (15,2). Contudo, em 2020 e 2021, houve uma elevação acentuada no município, com o indicador ultrapassando 20 mortes por mil nascidos vivos, superando inclusive os níveis regionais. Essa alta pode refletir falhas críticas nos serviços de saúde infantil ou oscilações estatísticas decorrentes da baixa quantidade absoluta de nascimentos (Gráfico 5).

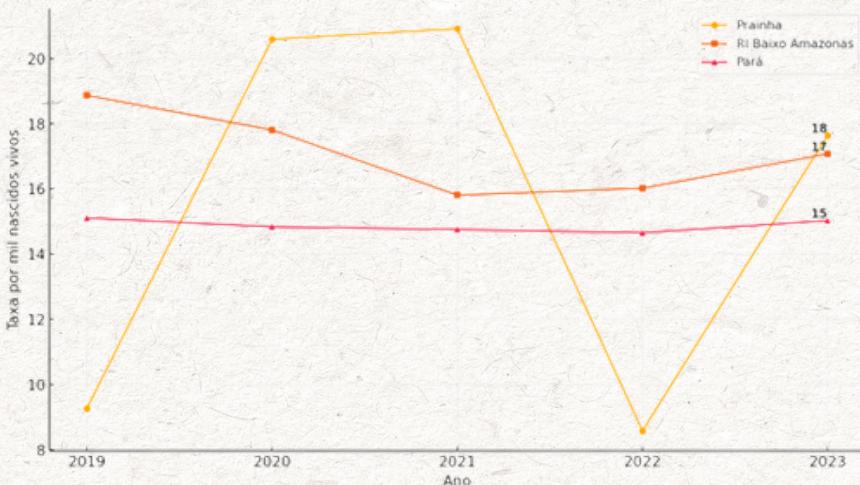
Curiosamente, em 2022, observa-se uma queda abrupta da taxa em Prainha para 8,5, voltando a um patamar semelhante ao de 2019. Essa reversão brusca sugere inconsistências estatísticas ou mudanças pontuais nos registros ou nas condições de atendimento, já que não há evidência de tendência sustentada de melhoria no acesso ou qualidade dos serviços de saúde no mesmo período. Por sua vez, a RI Baixo Amazonas e o estado do Pará mantiveram padrões mais estáveis, ainda que elevados, com ligeira redução entre 2019 e 2021, seguida de pequeno aumento em 2023 (Gráfico 5).





Em 2023, Prainha volta a registrar crescimento na mortalidade infantil (18 por mil nascidos vivos), aproximando-se da média da RI (17), ainda acima da taxa estadual (15). Essa oscilação acentuada ao longo do período indica fragilidade nas políticas de atenção materno-infantil, carência de infraestrutura adequada e possíveis deficiências na continuidade do cuidado neonatal. A situação exige atenção especial à atenção básica, vigilância em saúde e qualificação da assistência ao parto e ao recém-nascido (Gráfico 5).

Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 18 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

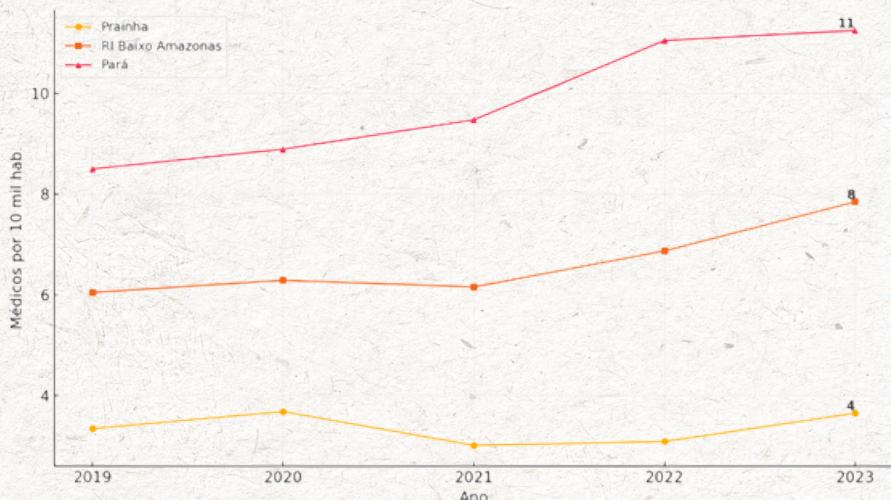
A disponibilidade de médicos por 10 mil habitantes em Prainha permanece bastante inferior à média estadual e regional em todo o período analisado. Em 2019, o município contava com cerca de 3,3 médicos por 10 mil habitantes, número que cresceu timidamente ao longo dos anos, atingindo 4 médicos em 2023. Essa evolução, ainda que positiva, é lenta e mantém o município em desvantagem significativa frente à RI Baixo Amazonas (8 médicos em 2023) e ao estado do Pará (11 médicos por 10 mil hab. em 2023), o que revela persistentes desigualdades no acesso à força de trabalho em saúde (Gráfico 6).

A RI Baixo Amazonas apresenta um crescimento contínuo e mais expressivo no número de médicos, saindo de pouco mais de 6 em 2019 para 8 em 2023, indicando esforços regionais de ampliação da cobertura médica. O estado do Pará, por sua vez, evidencia melhora ainda mais significativa, com salto entre 2021 e 2022, passando de cerca de 9,5 para mais de 10,8 médicos por 10 mil hab., alcançando 11 em 2023. Esse avanço pode estar ligado a políticas de fixação de profissionais, expansão de programas federais e concursos públicos (Gráfico 6).



A defasagem em Prainha revela dificuldades locais em atrair e manter profissionais da medicina, o que impacta diretamente na qualidade e na resolutividade dos serviços ofertados. Essa carência pode estar associada à infraestrutura precária, à distância de grandes centros urbanos e à limitação de incentivos institucionais. A baixa densidade médica no município ajuda a explicar os picos de mortalidade infantil e a fragilidade nos demais indicadores de saúde, sendo essencial adotar políticas específicas para valorização e interiorização de profissionais de saúde (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 4 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.





ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

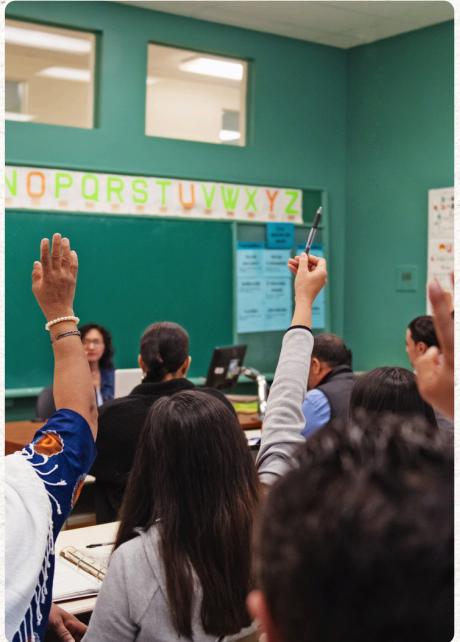
O número de vagas no ensino público por mil habitantes em Prainha apresentou uma tendência de queda acentuada no período de 2019 a 2023. Em 2019, o município registrava um valor elevado, com cerca de 370 vagas por mil habitantes, muito acima da média da Região de Integração (RI) Baixo Amazonas e do estado do Pará. Após uma leve redução em 2020, o número voltou a subir em 2021, mas, a partir de 2022, iniciou-se uma queda significativa, chegando a 264 vagas por mil habitantes em 2023. A magnitude dessa redução sugere uma possível retração na oferta educacional ou mudança no padrão demográfico da população infanto-juvenil (Gráfico 7).

Na RI Baixo Amazonas, o indicador se manteve relativa-

mente estável até 2021, em torno de 275 vagas, mas também apresentou queda nos dois últimos anos, atingindo 235 em 2023. Já no estado do Pará, a variação foi menos expressiva: o indicador oscilou entre 198 e 220 vagas por mil habitantes ao longo do período, terminando em 198 em 2023. Isso revela uma tendência regional de diminuição na oferta proporcional de vagas, embora com intensidades diferentes entre os níveis territoriais (Gráfico 7).

A queda mais acentuada em Prainha pode estar relacionada a fatores como fechamento de turmas, redução do número de escolas, diminuição de matrículas ou até redefinições no censo populacional. O recuo na oferta de vagas públicas levanta preocupações sobre o acesso à

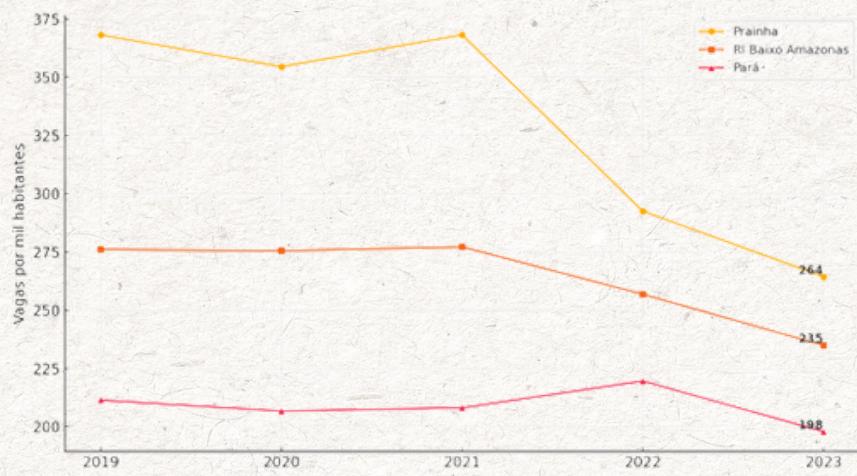
Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.



educação básica, sobretudo em um município que, historicamente, apresentava oferta acima da média. A situação requer uma avaliação aprofundada das causas e possíveis impactos dessa retração, com vistas à garantia do direito à educação (Gráfico 7).



Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 264 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Entre 2019 e 2023, o percentual de escolas com acesso à internet em Prainha apresentou uma evolução contínua e expressiva, embora ainda esteja abaixo da média regional e estadual. Em 2019, apenas 3,7% das escolas no município estavam conectadas, proporção extremamente baixa. A partir de 2020, o indicador entrou em curva ascendente, alcançando 36,8% em 2023. Esse avanço é relevante e pode refletir investimentos impulsionados por programas federais ou estaduais durante e após a pandemia da COVID-19, período em que a conectividade escolar se tornou

uma prioridade nacional (Gráfico 8).

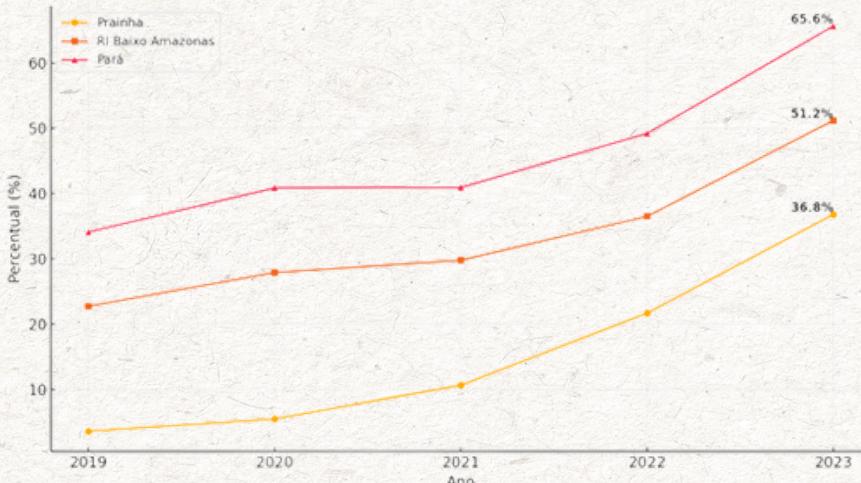
Na RI Baixo Amazonas, a evolução também foi constante, partindo de 22,9% em 2019 para 51,2% em 2023. Já no estado do Pará como um todo, o avanço foi ainda mais significativo: o percentual de escolas conectadas saltou de 34,2% em 2019 para 65,6% em 2023. Esses dados demonstram uma tendência regional positiva em termos de infraestrutura digital educacional, que acompanha políticas públicas voltadas à inclusão digital e à modernização da rede de ensino (Gráfico 8).

Apesar do crescimento, Prai-

nhá ainda apresenta um considerável atraso em relação à média do estado e da própria região de integração. Essa defasagem pode comprometer a qualidade do ensino e limitar o acesso de alunos e professores a recursos pedagógicos modernos, especialmente em um contexto de crescente digitalização da educação. É fundamental que o município acelere os investimentos em conectividade escolar, ampliando o acesso à internet como ferramenta essencial para a inclusão, a equidade e a inovação no processo de ensino-aprendizagem (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



Violência Contra a Mulher por Parceiros

O indicador de violência contra a mulher praticada por parceiros em Prainha apresenta um padrão peculiar, com ausência de registros entre 2019 e 2022 e apenas em 2023 aparecendo com 5 casos por 100 mil habitantes. Essa ausência pode indicar subnotificação, fragilidade nos mecanismos de denúncia ou falhas na consolidação dos dados, mais do que ausência real de ocorrências. A presença de dado em 2023 pode sinalizar o início de maior atenção à coleta e monitoramento desse tipo de violência no município (Gráfico 9).

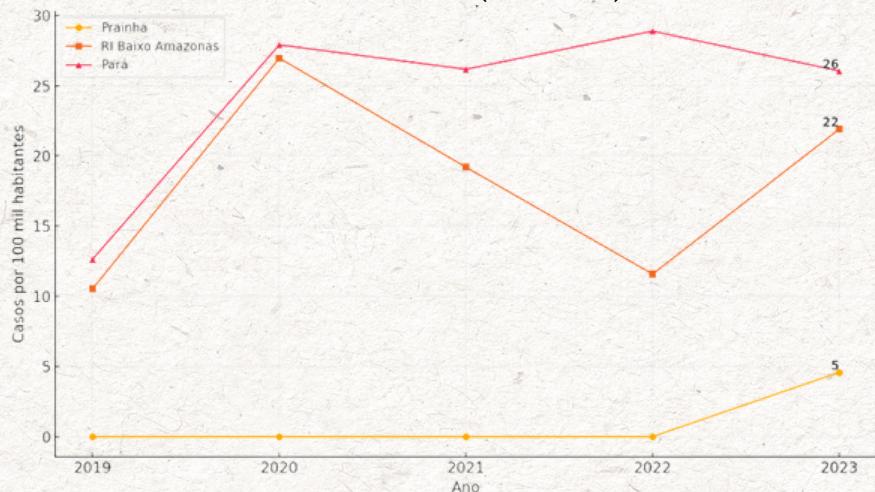


Por outro lado, a Região de Integração Baixo Amazonas e o estado do Pará demonstram comportamento mais consistente e preocupante. Em ambas as esferas, houve forte aumento entre 2019 e 2020 – atingindo picos de 27 casos por 100 mil no estado – seguido de variações nos anos seguintes, mas mantendo-se em patamares elevados. Em 2023, o Pará apresentou 26 casos e a RI, 22, revelando a persistência da violência doméstica como um problema grave e estrutural. O recuo da RI em 2021 e 2022 pode refletir o impacto da pandemia no acesso aos canais de denúncia, em vez de

uma redução real da violência (Gráfico 9).

A disparidade entre os dados de Prainha e das demais escalas evidencia a possível invisibilização da violência contra a mulher no nível municipal. A subnotificação compromete a formulação de políticas públicas eficazes e o acesso das vítimas à proteção e à justiça. O registro em 2023 pode ser um ponto de inflexão, mas reforça a urgência de fortalecer a rede de atendimento, fomentar canais de denúncia acessíveis e ampliar a atuação das instituições de proteção às mulheres no território (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

Em Prainha, o percentual de cargos gerenciais ocupados por mulheres apresentou tendência de crescimento entre 2019 e 2021, saltando de 34,8% para 46,7%, demonstrando avanços na inclusão feminina em posições de liderança. Entretanto, a partir de 2022, observa-se um recuo, com o percentual caindo para 40,9% em 2023. Esse movimento pode indicar dificuldades de manutenção das conquistas obtidas, possivelmente em função de instabilidade econômica, reestruturações institucionais ou ausência de políticas sustentadas de equidade de gênero (Gráfico 10).

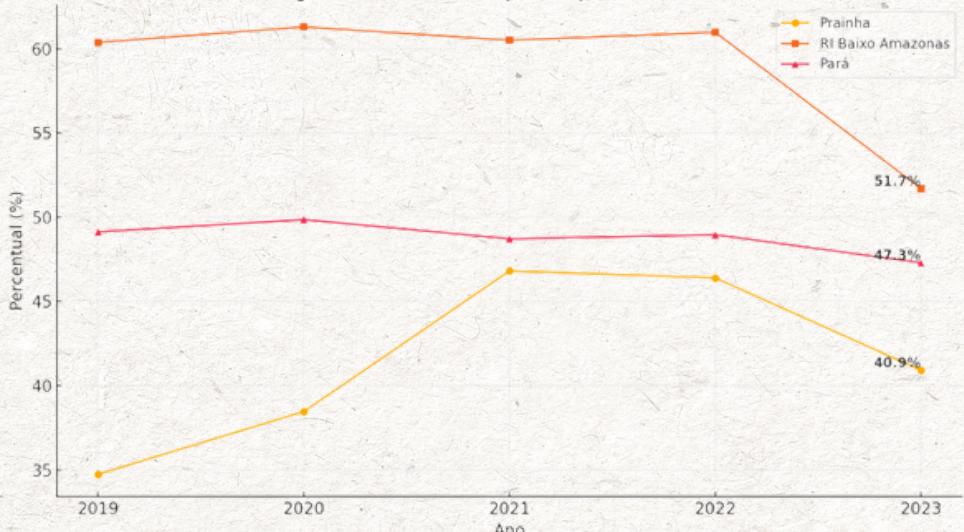




Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador permaneceu bastante elevado e estável entre 2019 e 2022, oscilando pouco acima de 60%. No entanto, em 2023, houve uma queda considerável para 51,7%, o que pode refletir impactos conjunturais ou mudanças nos critérios de registro e classificação das ocupações. Já no estado do Pará, o percentual apresentou estabilidade moderada, flutuando entre 48,9% e 47,3% no período, com leve queda apenas no último ano, mas mantendo-se em patamar equilibrado e superior ao verificado em Prainha (Gráfico 10).

A queda recente no município acende um alerta para a necessidade de reforçar iniciativas voltadas à equidade de gênero no mercado de trabalho, especialmente em cargos de decisão. A presença de mulheres em posições gerenciais não apenas corrige desigualdades históricas, mas também está associada a ambientes organizacionais mais diversos e eficientes. Em Prainha, políticas públicas que incentivem liderança feminina, formação profissional e enfrentamento de barreiras culturais são essenciais para consolidar avanços e reduzir as desigualdades ainda existentes (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 40,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

O percentual da população de baixa renda com acesso à coleta de esgoto em **Prainha** manteve-se extremamente baixo ao longo de todo o período analisado. Em 2019, esse indicador era de apenas 0,4%, e embora tenha apresentado leve oscilação nos anos seguintes, terminou 2023 em 0,3%, praticamente inalterado. Esse comportamento demonstra estagnação na expansão da infraestrutura de saneamento voltada às populações mais vulneráveis do município, refletindo um cenário de exclusão socioambiental persistente (Gráfico 11).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador partiu de um patamar superior ao de **Prainha** (1,6%) e apresentou crescimento discreto ao longo do tempo, atingindo 2,2% em 2023. Ainda que o valor seja baixo, a tendência é ascendente e aponta alguma iniciativa regional em ampliar o acesso ao serviço de esgotamento sanitário para a população de baixa renda. Por sua vez, o estado do Pará demonstrou avanço mais expressivo, saindo de 7% em 2019 para 11,5% em 2023, evidenciando esforços mais significativos no nível estadual (Gráfico 11).

A estagnação observada em **Prainha**, frente à tendência de crescimento nos demais níveis territoriais, evidencia uma negligência local em relação à universalização dos serviços de saneamento. O não atendimento da população de baixa renda compromete diretamente os indicadores de saúde pública, qualidade de vida e dignidade urbana. Isso indica a urgência de investimentos direcionados e políticas específicas que priorizem a inclusão das comunidades mais pobres no acesso à infraestrutura de esgoto (Gráfico 11).

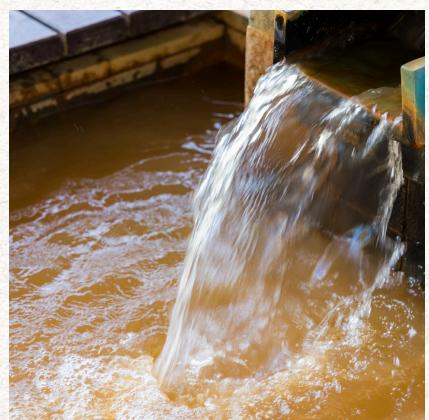
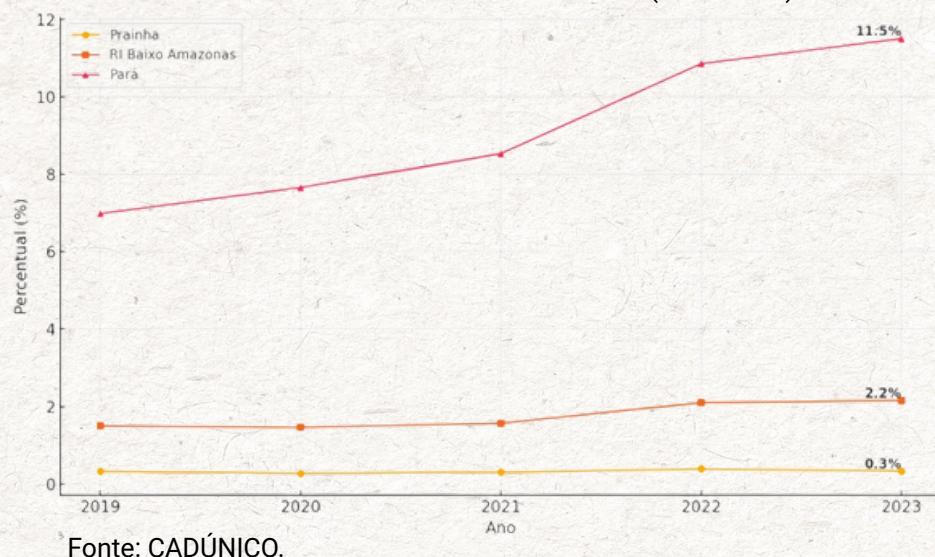




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,3%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

O município de Prainha registrou valores nulos de gasto per capita com saneamento básico durante todos os anos analisados (2019 a 2023), segundo o gráfico apresentado. A inexistência de investimento municipal direto nesse setor aponta para um cenário crítico, em que a administração local possivelmente depende exclusivamente de repasses externos ou simplesmente não prioriza ações estruturantes na área. Essa ausência de gasto está diretamente relacionada aos baixos índices de cobertura de esgoto no município, especialmente entre a população de baixa renda (Gráfico 12).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o gasto por habitante variou significativamente, iniciando em R\$ 34,00 em 2019, caindo para R\$ 8,00 em 2021, e subindo novamente

para R\$ 24,00 em 2023. Apesar da volatilidade, os valores indicam alguma presença de políticas de saneamento na região, ainda que com baixa regularidade ou intensidade. O estado do Pará, por sua vez, demonstrou maiores investimentos, com gastos crescentes entre 2019 e 2022, atingindo o pico de R\$ 153,00 por habitante, e encerrando 2023 em R\$ 137,00, o que indica compromisso mais consistente com o setor (Gráfico 12).

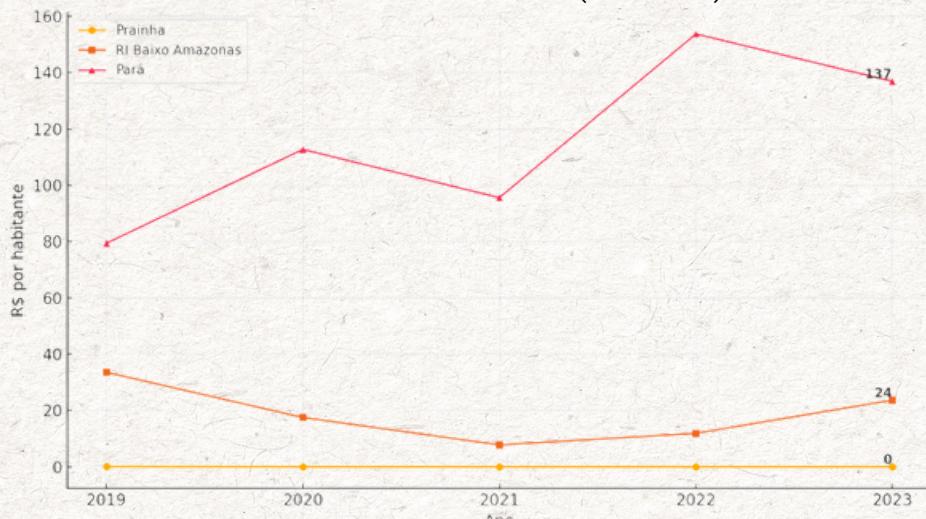
A total ausência de investimento per capita por parte de Prainha configura um fator estruturante da precariedade sanitária local. Essa condição compromete não apenas o alcance das metas de universalização do saneamento, mas também o cumprimento de diretrizes da Política Nacional de Saneamento Básico e os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável (ODS). É imprescindível que o município revise suas prioridades orçamentárias, estabeleça parcerias institucionais e elabore um plano de ação para iniciar investimentos mínimos regulares nessa área essencial (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.



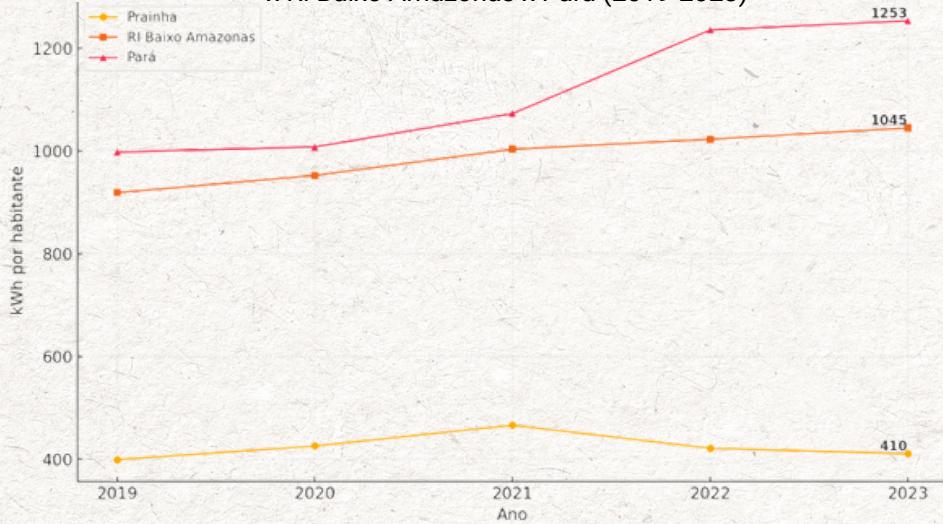
O consumo de energia elétrica per capita em Prainha oscilou de forma moderada entre 2019 e 2023, partindo de 400 kWh/hab. e encerrando o período com 410 kWh/hab. Após um crescimento contínuo até 2021, quando atingiu 470 kWh/hab., o indicador sofreu retração nos dois anos seguintes. Essa variação pode estar relacionada a oscilações no acesso à energia em áreas periféricas, mudanças no padrão de consumo das famílias ou dificuldades no fornecimento de energia em zonas rurais (Gráfico 13).



Na Região de Integração Baixo Amazonas, a trajetória foi de crescimento contínuo e gradual ao longo do período, passando de 923 kWh/hab. em 2019 para 1.045 kWh/hab. em 2023, o que sugere avanços mais estruturais no acesso e uso da energia elétrica em toda a região. Já no estado do Pará, observou-se crescimento ainda mais expressivo: o consumo saltou de cerca de 1.000 kWh/hab. em 2019 para 1.253 kWh/hab. em 2023. Isso pode estar relacionado à urbanização crescente, industrialização em algumas regiões e maior cobertura da rede de distribuição (Gráfico 13).

O contraste entre Prainha e as demais escalas evidencia uma defasagem energética que pode refletir desigualdades de infraestrutura e renda. Enquanto o consumo cresce de forma consistente no estado e na região, Prainha revela sinais de estagnação, o que pode estar vinculado à precariedade de moradias, ausência de políticas locais de universalização energética ou limitação do uso doméstico de eletrodomésticos e outros equipamentos por restrições econômicas. O quadro reforça a necessidade de inclusão energética como componente de justiça social e desenvolvimento (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (kWh/hab.), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 410 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

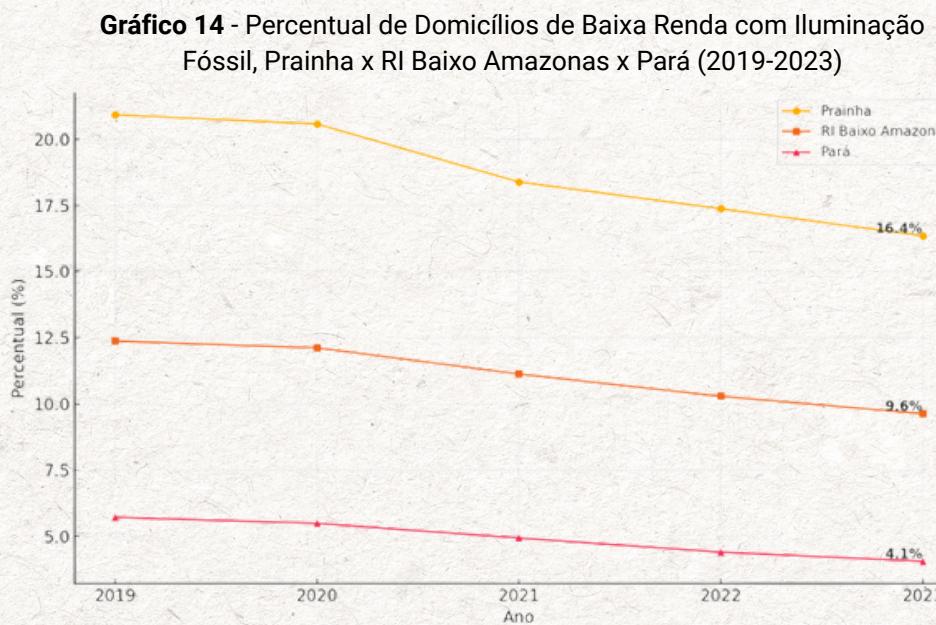
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

O percentual de domicílios de baixa renda utilizando fontes fósseis para iluminação em Prainha apresentou redução contínua entre 2019 e 2023, passando de 20,9% para 16,4%. Embora a queda seja positiva, o índice ainda é elevado, indicando que uma parcela significativa da população vulnerável não tem acesso pleno à energia elétrica. A redução, apesar de lenta, sugere algum avanço na cobertura elétrica ou substituição gradual de fontes tradicionais por alternativas mais modernas, mas ainda aquém das médias regionais (Gráfico 14).



Na RI Baixo Amazonas, a tendência também foi de queda, com o percentual diminuindo de 12,4% para 9,6% no período. Embora a redução tenha sido menos acentuada que no município, os níveis já eram inferiores, indicando uma condição geral melhor de acesso à iluminação elétrica. O estado do Pará, por sua vez, apresentou o melhor desempenho relativo, com queda de 5,7% em 2019 para 4,1% em 2023, aproximando-se de um cenário de eliminação progressiva da iluminação com combustíveis fósseis entre os domicílios mais pobres (Gráfico 14).

A persistência de altos índices em Prainha destaca a desigualdade no acesso à energia entre os municípios do Pará, revelando que grande parte das famílias de baixa renda ainda depende de lamparinas, velas ou querosene, práticas associadas a riscos de saúde e acidentes. Esse cenário exige políticas públicas mais incisivas, como programas de eletrificação rural, subsídios tarifários e expansão da rede de distribuição com foco em comunidades isoladas. A superação desse tipo de exclusão é central para garantir dignidade e inclusão social (Gráfico 14).



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 16,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



Entre 2019 e 2023, o município de Prainha apresentou variações significativas no número de empregos formais por mil habitantes. O indicador iniciou o período com 47 empregos formais por mil habitantes em 2019, caindo para 42 em 2020, ano marcado pelos efeitos da pandemia da COVID-19 no mercado de trabalho. A partir de 2021, observa-se uma recuperação, com o índice subindo para 56, embora tenha sofrido nova retração em 2022 (47). Em 2023, no entanto, o município alcança o melhor desempenho da série, com 67 empregos formais por mil habitantes, sinalizando possível expansão do setor formal ou efetividade de políticas de incentivo ao emprego (Gráfico 15).

Empregos Formais por Mil Habitantes

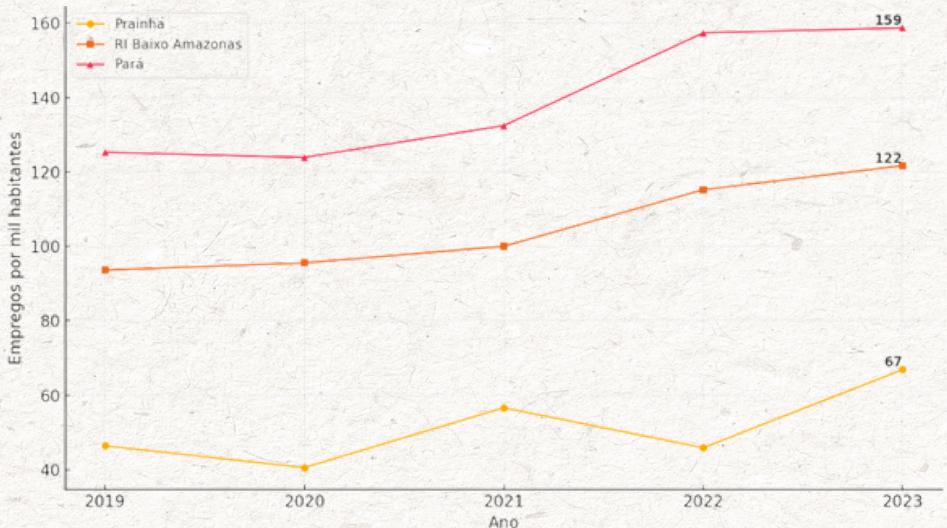
Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento do indicador foi mais estável e ascendente, passando de 94 em 2019 para 122 em 2023. Essa trajetória mais consistente sugere um ambiente econômico regional relativamente mais robusto, capaz de sustentar a geração contínua de postos de trabalho com carteira assinada. O crescimento mais acentuado ocorreu a partir de 2021, possivelmente refletindo a retomada econômica pós-pandemia, investimentos públicos e privados na região e dinamização de setores como serviços, comércio e agroindústria (Gráfico 15).

O estado do Pará, por sua vez, apresentou o maior crescimento proporcional no período, saindo de



126 empregos formais por mil habitantes em 2019 para 159 em 2023. Esse avanço reflete o fortalecimento da formalização do mercado de trabalho no estado, possivelmente impulsionado por grandes projetos industriais, expansão urbana e fortalecimento da atividade econômica em polos regionais. Comparativamente, Prainha permanece muito abaixo dos níveis estadual e regional, o que revela fragilidades estruturais no seu mercado de trabalho e destaca a necessidade de estratégias locais voltadas à qualificação profissional, estímulo ao empreendedorismo e atração de investimentos (Gráfico 15).

Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 67 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

O PIB per capita de Prainha apresentou crescimento moderado entre 2018 e 2021, saindo de cerca de R\$ 9.700 para um pico de aproximadamente R\$ 14.800. Esse avanço pode refletir aumentos pontuais na atividade econômica local ou redução da população residente, o que elevaria o valor per capita mesmo sem um crescimento robusto do PIB total. No entanto, em 2022, observou-se uma queda expressiva, com o indicador recuando para R\$ 12.225, evidenciando retração na geração de riqueza por habitante ou expansão demográfica não acompanhada por ganho proporcional na eco-

PIB per capita



nomia (Gráfico 16).

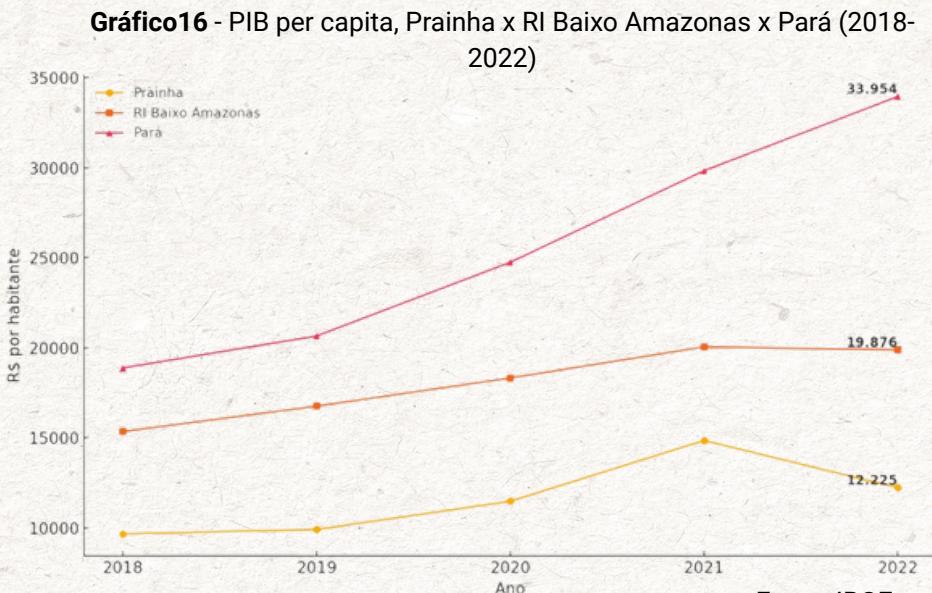
A Região de Integração (RI) Baixo Amazonas apresentou trajetória mais estável e ascendente, com o PIB per capita crescendo de cerca de R\$ 15.400 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. Essa evolução revela um dinamismo eco-

nômico maior e mais contínuo, ainda que em patamares inferiores à média estadual. O comportamento do indicador na RI sugere presença de polos produtivos mais consolidados ou melhor articulação das cadeias econômicas locais, garantindo aumento progressivo da renda por habitante (Gráfico 16).

No estado do Pará, o crescimento foi marcante: o PIB per capita quase dobrou no período, passando de R\$ 19 mil para R\$ 33.954. Esse desempenho reflete principalmente o impacto da indústria extrativa mineral e da exportação de commodities, que têm forte pe-



so na composição econômica estadual. A distância entre Prainha e o estado evidencia desigualdades territoriais significativas e aponta para a concentração de atividades econômicas de alto valor agregado fora dos municípios menores. A elevação do PIB per capita no estado, sem reflexo direto em localidades como Prainha, reforça a necessidade de políticas de interiorização do desenvolvimento (Gráfico 16).



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 12.225/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



O valor adicionado da indústria como percentual do PIB em Prainha permaneceu em patamares muito baixos e praticamente estáveis entre 2018 e 2022, oscilando entre 3,4% e 2,9%. Essa baixa participação evidencia a fragilidade do setor industrial local e a predominância de atividades econômicas vinculadas a serviços públicos, agricultura de subsistência ou comércio informal. A ausência de dinamismo industrial compromete a diversificação da economia e limita a capacidade do município de gerar empregos formais e valor agregado (Gráfico 17).

Na RI Baixo Amazonas, o indicador se manteve em patama-

res mais expressivos, variando entre 17% e 22% no período. Embora tenha havido leve queda entre 2020 e 2021, a recuperação em 2022, com 20% de participação da indústria no PIB regional, mostra maior inserção da região em cadeias produtivas industriais, ainda que em pequena escala. Esse comportamento sinaliza uma base industrial mais desenvolvida, capaz de contribuir significativamente para o crescimento econômico regional (Gráfico 17).

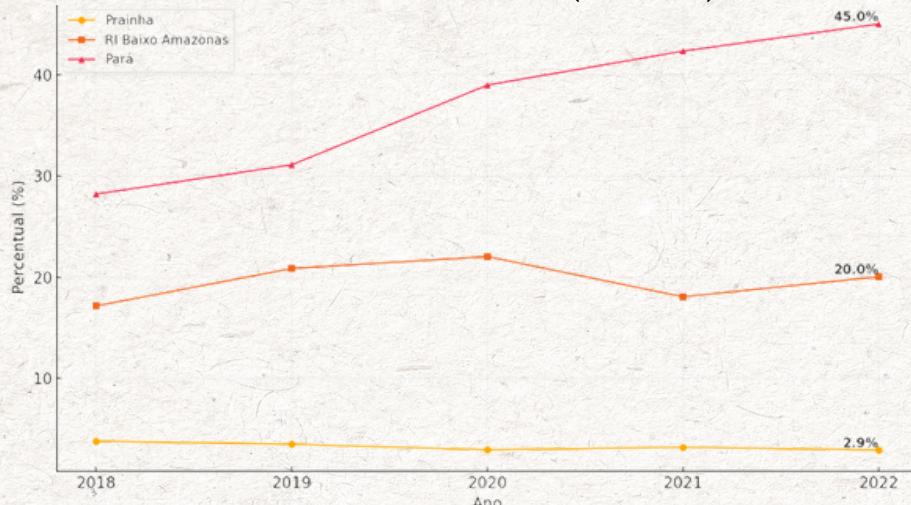
Já o estado do Pará apresentou avanço robusto e contínuo do valor adicionado da indústria, saltando de 28% em 2018 para 45% em 2022. Essa

evolução é resultado direto da expansão da indústria extractiva mineral, principalmente minério de ferro, bauxita e alumínio, além de investimentos em infraestrutura logística e energética. O crescimento do peso industrial no PIB estadual, entretanto, não se distribui de forma equitativa entre os territórios, o que ajuda a explicar a baixa industrialização de municípios como Prainha. A superação desse quadro demanda ações estruturantes que incentivem a instalação de indústrias de transformação, agregação de valor à produção local e fortalecimento da infraestrutura produtiva (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o indicador de profissionais da ciência por 100 mil habitantes em Prainha apresentou oscilações expressivas, iniciando com 17 profissionais em 2019, recuando em 2020 para 15,6 e alcançando um pico notável em 2021, com 22,9. Essa elevação pode indicar a execução de projetos de pesquisa locais, contratação pontual de técnicos para políticas públicas



inclusão de novos perfis profissionais na base de dados. No entanto, em 2022, houve nova queda brusca para 15,4, com posterior recuperação em 2023, quando o município voltou a registrar 22 profissionais por 100 mil habitantes, mantendo-se acima das médias estadual e regional (Gráfico 18).

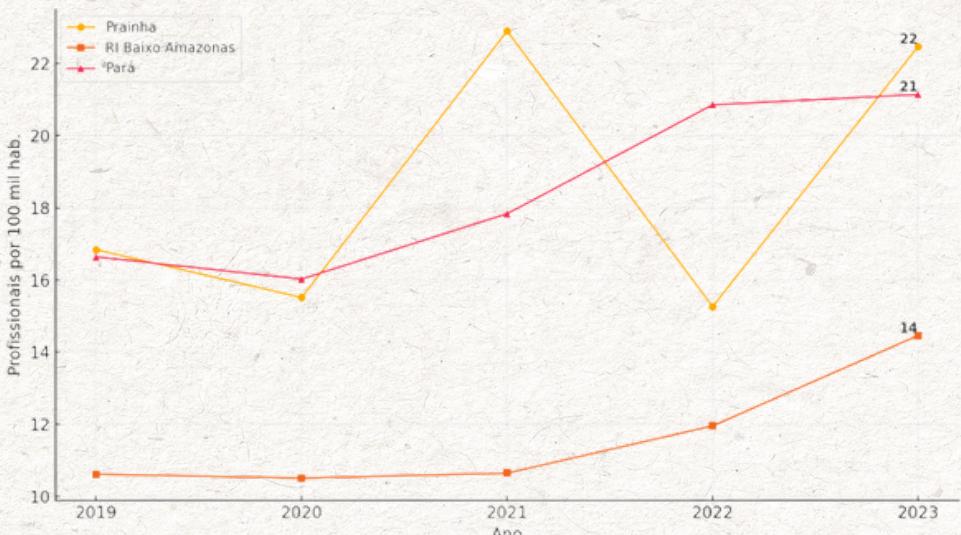


Na Região de Integração Baixo Amazonas, o crescimento foi mais lento, porém contínuo, saindo de 10,6 profissionais por 100 mil habitantes em 2019 para 14 em 2023. Essa trajetória estável reflete um processo gradual de valorização e incorporação de profissionais da ciência no território, embora em ritmo mais modesto que o observado em Prainha. Já o estado do Pará apresentou expansão consistente, de 16,8 para 21,2 no mesmo período, com crescimento sustentado especialmente a partir de 2021. Esse padrão sugere maior consolidação de políticas de incentivo à ciência, tecnologia e inovação em nível estadual (Gráfico 18).



O desempenho de Prainha, embora marcado por flutuações, revela momentos de destaque no cenário local, possivelmente relacionados a iniciativas pontuais de pesquisa, extensão ou programas de fomento à ciência. Ainda assim, a irregularidade do indicador evidencia uma estrutura institucional instável e dependente de eventos ou projetos específicos. Para garantir continuidade e ampliar o impacto da atuação científica no município, é fundamental consolidar políticas permanentes de apoio à formação, fixação e valorização de profissionais da ciência, com foco no fortalecimento da base educacional, tecnológica e de inovação local (Gráfico 18).

Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 22 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10**: Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

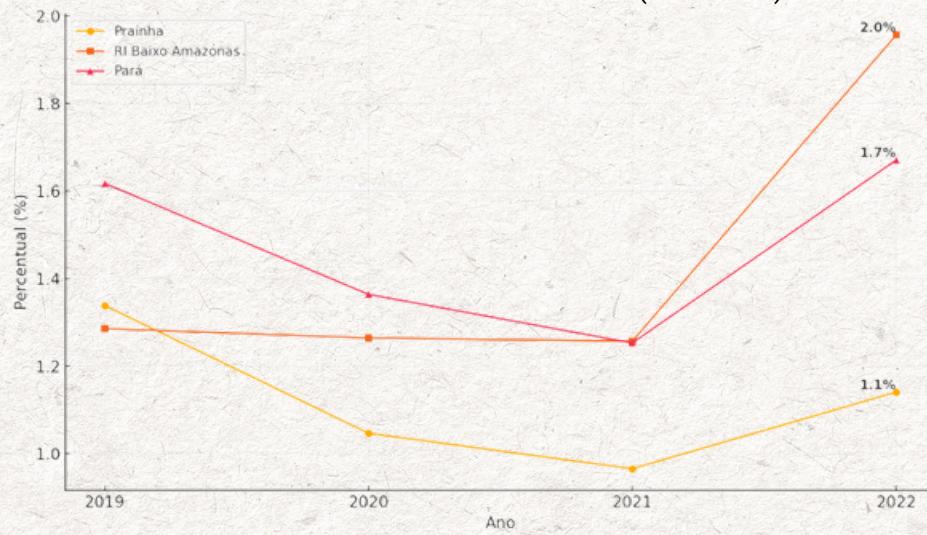
Entre 2019 e 2022, a massa salarial dos vínculos formais como percentual do PIB em Prainha apresentou comportamento oscilante, partindo de 1,34% em 2019, caindo para 1,05% em 2020, atingindo o ponto mais baixo em 2021 (0,96%) e recuperando-se levemente para 1,1% em 2022. Essa trajetória indica uma relativa fragilidade do mercado formal local, no qual a remuneração paga aos trabalhadores com carteira assinada representa uma parcela modesta da economia municipal. A redução entre 2019 e 2021 pode estar associada a impactos da pandemia, retração de empregos formais ou crescimento do PIB local sem correspondente valorização salarial (Gráfico 19).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador mostrou maior estabilidade entre 2019 e 2021, oscilando levemente em torno de 1,27%, mas apresentou um salto expressivo em 2022, atingindo 2% do PIB. Esse crescimento abrupto pode refletir a expansão de postos de trabalho formais com melhores salários ou desaceleração do PIB regional em outras atividades, o que elevou proporcionalmente o peso da massa salarial. O desempenho da RI sugere melhora recente na formalização do trabalho e na remuneração média dos trabalhadores da região (Gráfico 19).

O estado do Pará, por sua vez, iniciou o período com maior participação da massa salarial formal no PIB (1,62% em

em 2019), registrou queda gradual até 2021 (1,26%) e encerrou 2022 com 1,7%, retomando o nível inicial. Isso mostra que, mesmo diante de oscilações, o mercado formal no estado possui maior peso relativo na economia do que em Prainha, refletindo concentração de empregos formais em polos urbanos e industriais. A posição de Prainha abaixo das demais escalas evidencia sua dependência de setores informais ou de baixa remuneração, reforçando a necessidade de estratégias que ampliem a formalização do trabalho e valorizem os vínculos empregatícios no território (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

O indicador de acesso à telefonia móvel em Prainha apresentou crescimento entre 2019 e 2021, passando de 29 para 41 linhas por 100 habitantes, o que indica uma ampliação da infraestrutura de telecomunicações no município e maior penetração de serviços móveis na população local. Contudo, houve uma leve retração em 2022 (38), seguida por uma recuperação para 41 em 2023, retornando ao patamar anterior. Essa oscilação pode estar relacionada a variações no número de usuários ativos, cobertura de sinal, substituição por outros meios de comunicação (como internet via rádio) ou fatores econômicos que impactaram a aquisição e manutenção de linhas móveis (Gráfico 20).

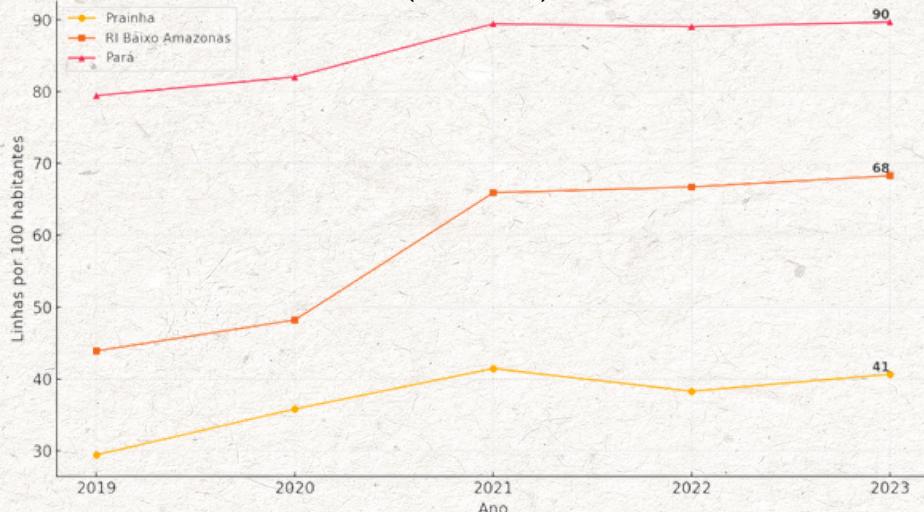
A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou evolução mais robusta, saindo de 44 em 2019 para 68 linhas por 100 habitantes em 2023. Esse crescimento contínuo evidencia maior capilaridade da rede móvel e maior capacidade da população em manter múltiplos chips ou aparelhos, refletindo melhorias na renda e nos serviços disponíveis. Já o estado do Pará manteve-se em patamar significativamente mais elevado ao longo de todo o período, alcançando 90 linhas por 100 habitantes em 2023. Essa diferença revela a concentração de infraestrutura e serviços de telecomunicação nos grandes centros urbanos e regiões economicamente mais dinâmicas (Gráfico 20).





O distanciamento de Prainha em relação às médias regional e estadual demonstra desigualdade no acesso à conectividade móvel, fator que pode impactar negativamente a inclusão digital, o acesso a serviços públicos, a comunicação e oportunidades econômicas, especialmente em áreas remotas. A telefonia móvel é, atualmente, uma infraestrutura essencial tanto para atividades econômicas quanto sociais, e sua limitação representa um entrave ao desenvolvimento local. Portanto, é necessário ampliar investimentos em conectividade e garantir que áreas mais isoladas tenham acesso a serviços de qualidade e a preços acessíveis (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 41 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Em Prainha, o indicador de despesa pública per capita com cultura e gestão ambiental registrou um cenário crítico ao longo do período analisado. Após valores razoáveis em 2019 (R\$ 22) e 2020 (R\$ 21), o município zerou seus investimentos per capita nessas áreas de 2021 em diante. Essa retração completa de recursos públicos pode estar vinculada à priorização de outras áreas diante de restrições orçamentárias, à descontinuidade de políticas públicas ou à ausência de planejamento e estrutura administrativa voltada para cultura e meio ambiente (Gráfico 21).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os valores se mantiveram estáveis até 2020

(R\$ 48), com uma leve queda em 2021, mas retomaram forte crescimento em 2022 e 2023, atingindo R\$ 64 por habitante. Essa tendência demonstra que, mesmo diante de desafios fiscais, houve esforço regional para fortalecer essas políticas, especialmente após a pandemia, período em que a cultura foi severamente afetada e as questões ambientais ganharam centralidade nas agendas locais. O estado do Pará acompanhou esse movimento, saltando de R\$ 42 em 2020 para R\$ 71 em 2023, o que reforça o compromisso estadual com o desenvolvimento sustentável e a valorização cultural (Gráfico 21).

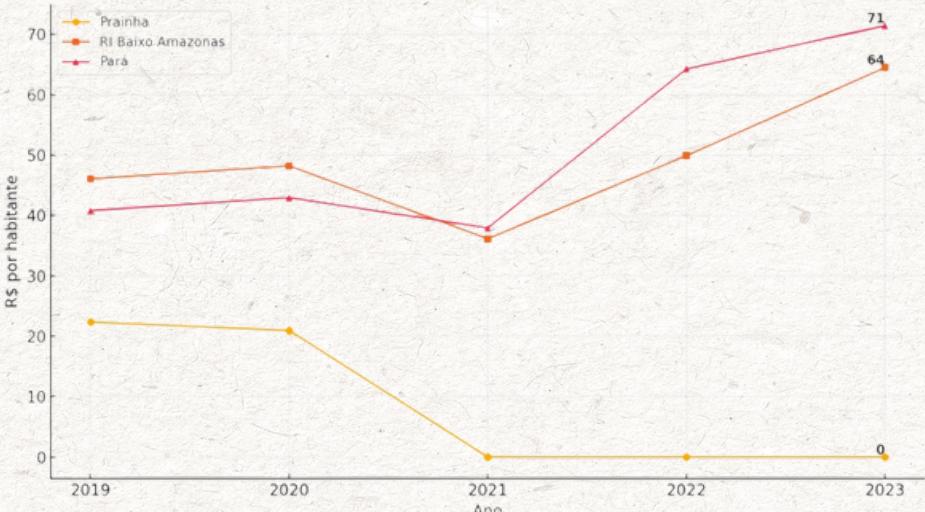
A ausência de investimento em Prainha contrasta forte-

mente com as demais esferas e representa uma lacuna preocupante. Cultura e meio ambiente são áreas estratégicas para o desenvolvimento humano, identidade territorial e preservação dos recursos naturais, especialmente em regiões amazônicas. O corte absoluto nesses investimentos pode comprometer a preservação ambiental, a educação cultural, o turismo local e o senso de pertencimento comunitário. Para reverter esse cenário, o município precisa retomar a alocação de recursos, formular políticas participativas e buscar parcerias para reativar essas agendas essenciais (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



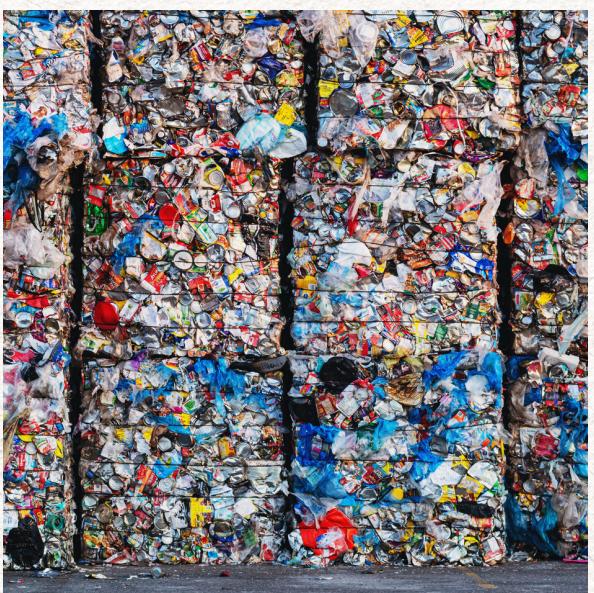
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 12**: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.





Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

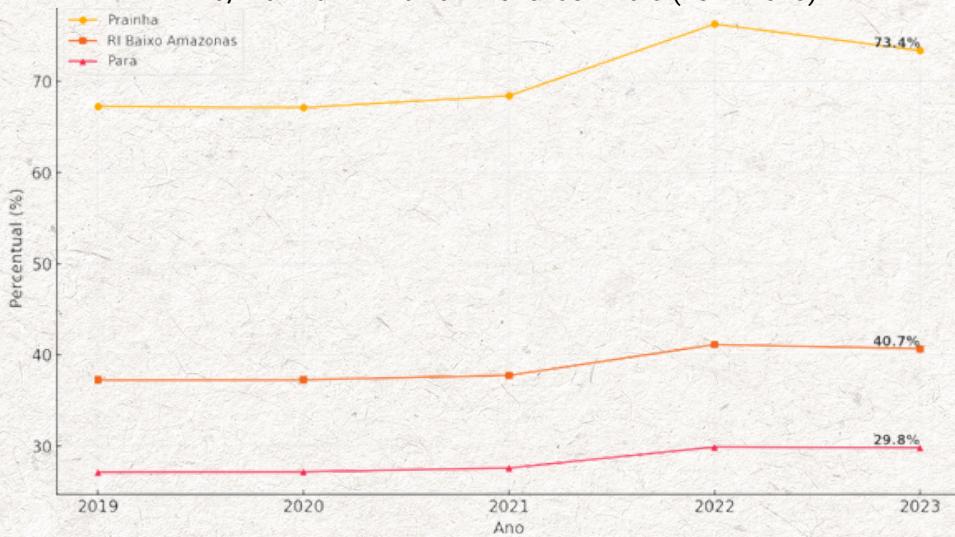
Entre 2019 e 2023, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo em Prainha se manteve elevado e com tendência de crescimento. O indicador partiu de 66,9% em 2019, subiu levemente nos dois anos seguintes e atingiu o pico de 75,9% em 2022, recuando apenas marginalmente em 2023 para 73,4%. Esse comportamento revela uma deficiência persistente na cobertura dos serviços públicos de coleta de resíduos sólidos no município, especialmente entre a população mais vulnerável. A prática de queimar ou enterrar lixo é um indicativo de exclusão urbana e ambiental, além de representar riscos à saúde e ao

meio ambiente (Gráfico 22).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os dados mostraram certa estabilidade até 2021 (cerca de 37,5%), com uma elevação para 40,7% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os menores percentuais ao longo do período, iniciando em 26,9% e encerrando com 29,8%, sinalizando avanços mais consistentes na universalização do serviço de coleta em escala estadual. O contraste entre Prainha e as demais esferas evidencia um desequilíbrio expressivo na oferta de serviços públicos básicos e reforça a urgência de políticas direcionadas aos municípios com menores índices de atendimento (Gráfico 22).

A permanência de índices acima de 70% em Prainha demonstra que a população de baixa renda do município tem recorrido, de forma sistemática, a práticas inadequadas de destinação de resíduos. Isso compromete não apenas a saúde coletiva, como também o meio ambiente local, favorecendo a contaminação do solo, proliferação de vetores e degradação ambiental. Para reverter esse cenário, é necessário investimento em infraestrutura de saneamento básico, educação ambiental e ampliação da cobertura da coleta regular, com ênfase nos territórios socialmente mais vulneráveis (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



População de Baixa Renda com fossa rudimentar

No período de 2019 a 2023, a proporção da população de baixa renda que utiliza fossa rudimentar como forma de esgotamento sanitário em Prainha permaneceu em níveis alarmantes. Em 2019, o indicador já era elevado (64,3%) e chegou a um pico de 76,9% em 2022, antes de recuar levemente para 73,4% em 2023. Isso revela que a maioria das famílias de baixa renda ainda depende de soluções precárias e insalubres para o destino de seus dejetos, refletindo ausência de políticas efetivas de saneamento domiciliar. A leve melhora no último ano é insuficiente diante da magnitude do problema (Gráfico 23).

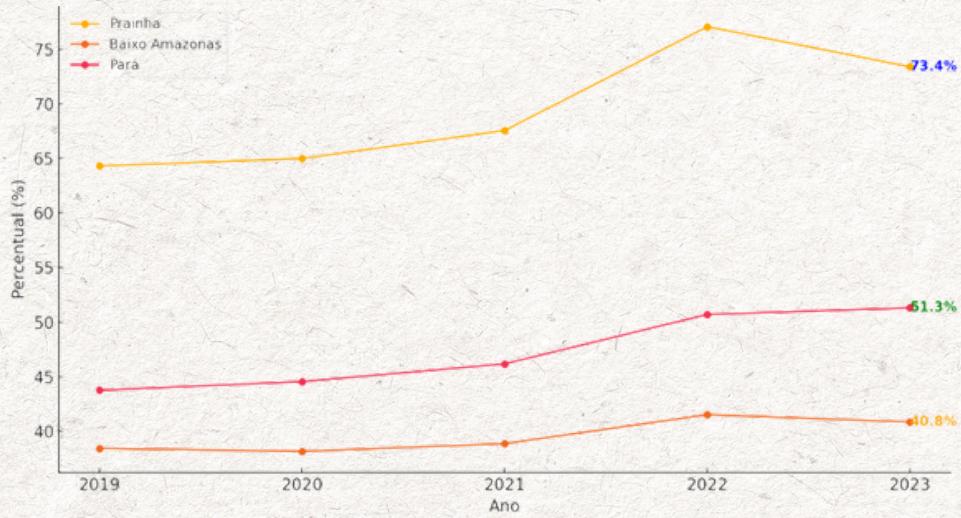
Em comparação, a Região de

Integração Baixo Amazonas apresentou menores níveis ao longo de todo o período, variando de 38,5% em 2019 para 40,8% em 2023. Já o estado do Pará, apesar de também ter registrado crescimento, manteve valores menos críticos: partindo de 43,9% em 2019 e alcançando 51,3% em 2023. Isso mostra que, embora o uso de fossas rudimentares ainda seja recorrente no estado, a situação em Prainha é significativamente mais grave, sinalizando que o município se encontra em uma condição de maior vulnerabilidade estrutural no saneamento básico (Gráfico 23).

A manutenção de altos índices de uso de fossas rudimen-

tares está diretamente ligada a fatores como ausência de rede coletora de esgoto, baixa capacidade de investimento municipal, déficit habitacional e exclusão territorial. Em áreas rurais ou periurbanas, onde o poder público tem menor presença, a população recorre a soluções improvisadas, que comprometem a qualidade do solo e da água. Para enfrentar esse problema, é necessário integrar políticas de habitação, infraestrutura e saúde ambiental, com recursos específicos para atender comunidades de baixa renda, garantindo soluções seguras, permanentes e sustentáveis de esgotamento sanitário (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 73,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.

Gastos per capita com prevenção de desastres



No município de Prainha, os gastos públicos per capita com prevenção de desastres apresentaram uma trajetória de forte retração entre 2019 e 2023. Em 2019, o valor registrado foi de aproximadamente R\$ 28 por habitante, mas já no ano seguinte houve uma redução para R\$ 17, seguida de uma eliminação quase total desse tipo de despesa: a partir de 2021, o gráfico registra valores zerados até 2023. Essa descontinuidade pode indicar tanto restrições orçamentárias quanto uma ausência de planejamento estratégico voltado à mitigação de riscos climáticos e ambientais, o que é especialmente preocupante em um ter-

ritório amazônico suscetível a enchentes, deslizamentos e outros eventos extremos (Gráfico 24).

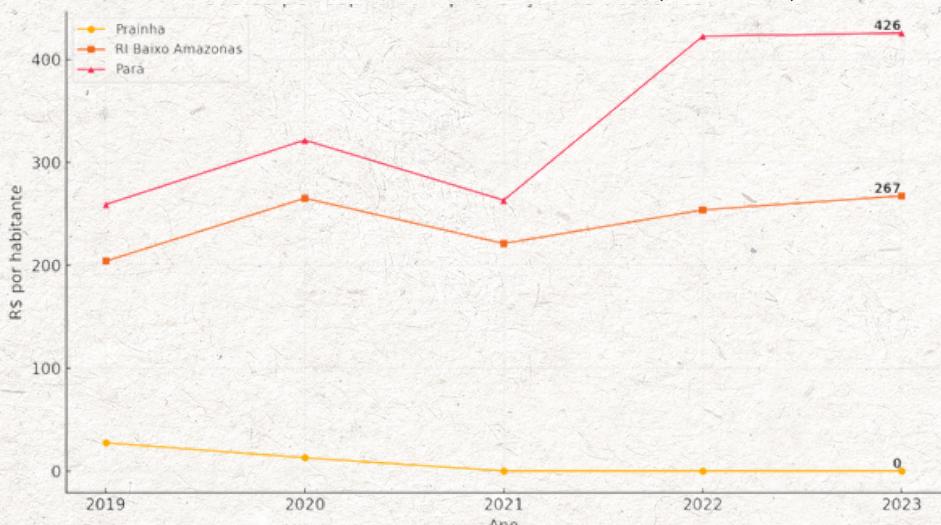
Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos com prevenção de desastres por habitante se mantiveram em patamares significativamente superiores e relativamente estáveis. O valor saltou de cerca de R\$ 205 em 2019 para R\$ 267 em 2023, com oscilações ao longo do caminho. Essa consistência sugere a presença de políticas regionais mais estruturadas ou melhor capacidade administrativa dos municípios que compõem a RI. No mesmo período, o estado do Pará demonstrou investimentos ainda



mais robustos, chegando a R\$ 426 por habitante em 2023, com destaque para a elevação abrupta entre 2021 e 2022 – o que pode estar relacionado a ações emergenciais frente a eventos climáticos extremos ou ao fortalecimento institucional de políticas de resiliência (Gráfico 24).

A comparação entre Prainha, a RI e o estado evidencia um descompasso grave. Enquanto os níveis estadual e regional demonstram esforços contínuos para prevenir desastres naturais, Prainha apresenta um vazio de investimentos nessa frente, o que fragiliza a segurança da população frente às mudanças climáticas. A ausência de alocação orçamentária nessa área compromete a capacidade do município de responder e se antecipar a riscos ambientais, indicando a urgência de reinserir a prevenção de desastres como prioridade nas agendas de planejamento urbano e ambiental (Gráfico 24).

**Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)**



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 0/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Ao contrário do que foi observado no indicador anterior, o município de Prainha apresentou um crescimento notável nos gastos per capita com preservação aquática entre 2019 e 2023. A despesa saltou de cerca de R\$ 260 por habitante em 2019 para R\$ 1.013 em 2023, com aceleração especialmente expressiva entre 2022 e 2023. Esse comportamento aponta para uma priorização recente da pauta ambiental aquática, possivelmente vinculada à importância dos recursos hídricos para a subsistência e economia local, especialmente considerando o contexto amazônico e a relação direta da população com rios e igarapés (Gráfico 25).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, os gastos também cresceram, embora de maneira mais moderada. O valor por habitante foi de aproximadamente R\$ 170 em 2019 para R\$ 387 em 2023, mostrando uma preocupação consistente com a temática, ainda que sem os saltos abruptos verificados em Prainha. Já o estado do Pará seguiu trajetória semelhante, partindo de R\$ 180 e encerrando o período em R\$ 287 por habitante. Esses valores demonstram que, em-

bora a escala estadual tenha apresentado crescimento, o município de Prainha, em 2023, ultrapassou ambas as referências em termos proporcionais (Gráfico 25).

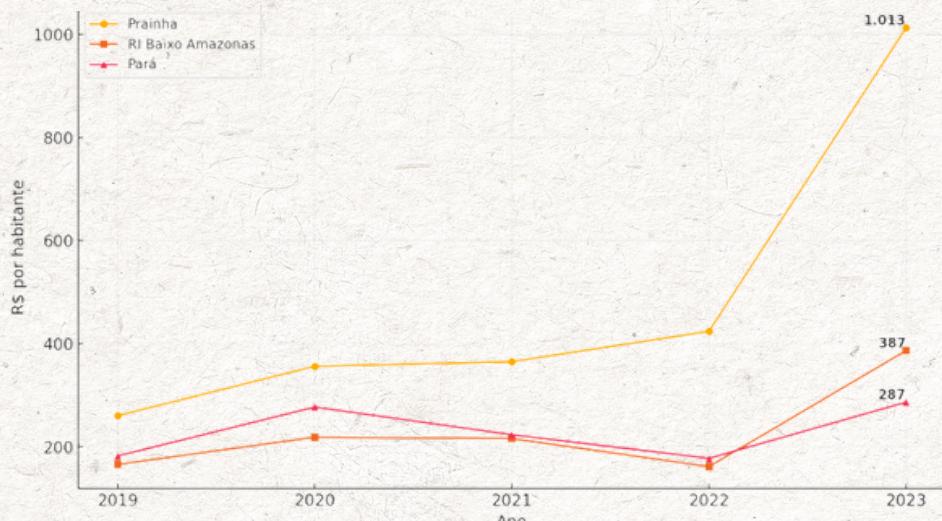
Esse investimento elevado pode refletir ações localizadas, como projetos de revitalização de rios, campanhas de despoluição, proteção de nascentes ou ações de saneamento com foco em corpos hídricos. Ainda assim, a discrepância entre o avanço nesse indicador e a ausência total de investimento





em prevenção de desastres sugere uma falta de integração entre as políticas ambientais. A preservação aquática deve caminhar lado a lado com a resiliência territorial, de modo que o bom desempenho de Prainha nessa frente possa se consolidar por meio de uma abordagem mais ampla e articulada em sustentabilidade e proteção ambiental (Gráfico 25).

Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 1.013/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

Entre 2019 e 2023, o município de Prainha apresentou uma tendência de perda contínua de cobertura florestal, com o percentual de área de floresta em relação à área total caindo de 56% em 2019 para 47,9% em 2023. Essa redução reflete um processo de desmatamento que pode estar relacionado à expansão de atividades agropecuárias, exploração madeireira, queimadas ou ocupações desordenadas. O recuo mais acentuado ocorreu entre 2021 e 2022, quando a cobertura florestal caiu cerca de 6 pontos percentuais em apenas um ano, indicando uma pressão significativa sobre os recursos naturais (Gráfico 26).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, observou-se inicialmente uma estabilidade e até crescimento do percentual florestal entre 2019 e 2020 (de 76% para 78,5%), mas com

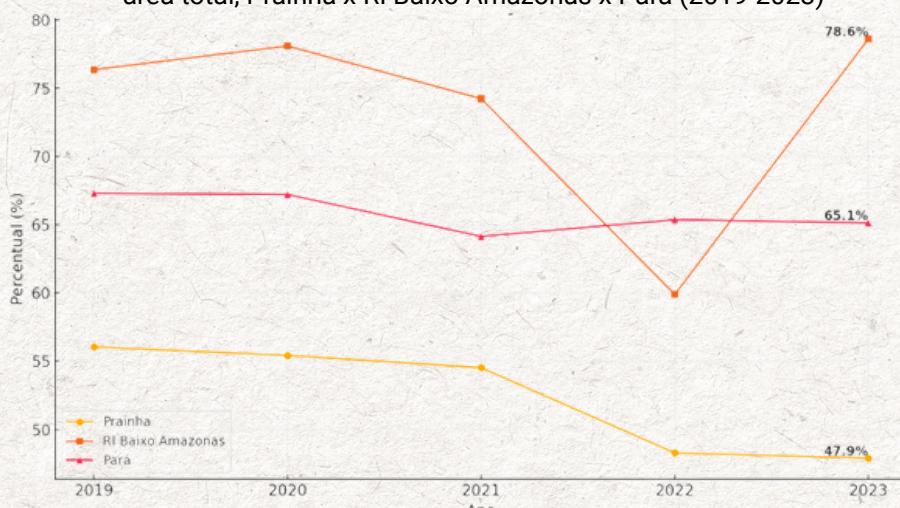
posterior recuo para 60% em 2022. Entretanto, em 2023 houve recuperação notável, atingindo novamente o patamar de 78,6%, o que pode estar relacionado a revisão metodológica, ações de reflorestamento, criação de áreas protegidas ou correções de base de dados. Essa oscilação destaca a complexidade da dinâmica

ambiental regional, mas também indica que há iniciativas em curso para conter ou reverter a perda de vegetação nativa (Gráfico 26).

Já o estado do Pará apresentou uma leve oscilação, partindo de 67% em 2019 e encerrando 2023 em 65,1%, o que mostra relativa estabilidade com perdas moderadas de floresta ao longo do período. O desempenho de Prainha, no entanto, situa-se bem abaixo da média estadual e regional, refletindo um padrão mais crítico de degradação ambiental. Essa realidade reforça a necessidade de políticas locais voltadas à proteção dos remanescentes florestais, regularização fundiária, fiscalização ambiental e fomento a práticas produtivas sustentáveis, capazes de conciliar desenvolvimento econômico com conservação dos recursos naturais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 47,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

No município de Prainha, o percentual da área desmatada em relação à área total apresentou crescimento contínuo e progressivo entre 2019 e 2023, passando de 13,3% para 15,5%. Embora o ritmo de aumento tenha sido moderado, o movimento revela uma tendência persistente de perda de cobertura vegetal. Essa trajetória pode estar vinculada à expansão agrícola, pecuária, abertura de estradas vicinais e outros usos do solo não compatíveis com a conservação ambiental. A ausência de variações bruscas pode indicar uma ocupação gradual, porém sistemática, que exige atenção contínua das autoridades locais e estaduais (Gráfico 27).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi distinto. O percentual da área desmatada mante-

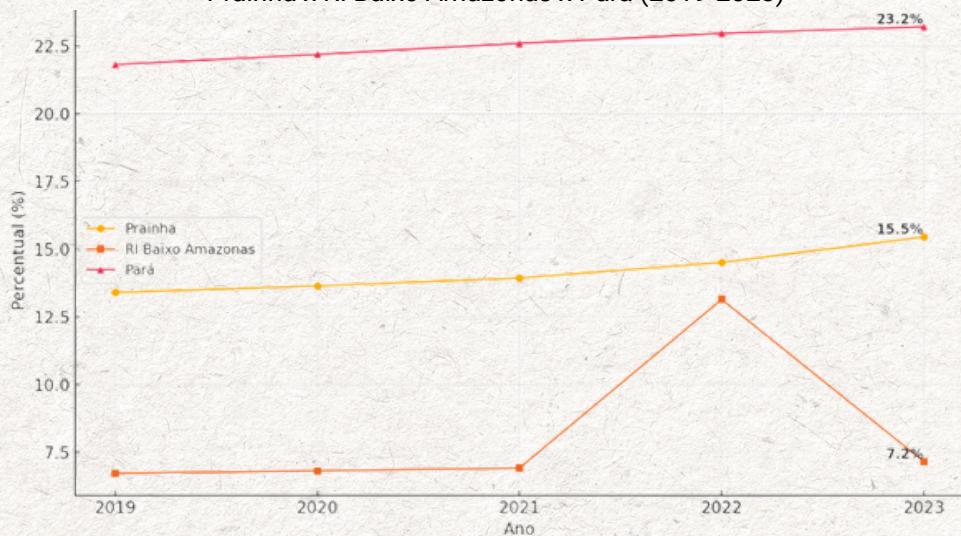
ve-se estável entre 2019 e 2021 em torno de 6,8%, mas apresentou um aumento expressivo em 2022, atingindo 13,1%, seguido de uma queda brusca em 2023 para 7,2%. Essa oscilação pode refletir episódios pontuais de pressão sobre o uso da terra naquele ano, como avanço de grilagem, queimadas ou falhas na fiscalização, seguidos de ações de contenção, ajustes na base de dados ou efeito de chuvas que dificultaram a continuidade de desmatamentos (Gráfico 27).

Em âmbito estadual, o Pará manteve um patamar elevado e crescente ao longo de todo o período, saindo de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023. O crescimento contínuo reforça a crítica situação do desmatamento na Amazônia paraense, apesar dos esforços de moni-

toramento e políticas ambientais. Comparativamente, Prainha ainda se encontra abaixo da média estadual, mas em trajetória de crescimento. A manutenção dessa tendência pode levar à superação do limiar de sustentabilidade ambiental local, tornando urgente a adoção de medidas preventivas, como regularização fundiária, incentivos à agroecologia, fortalecimento da fiscalização e valorização dos serviços ecossistêmicos (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 15,5%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

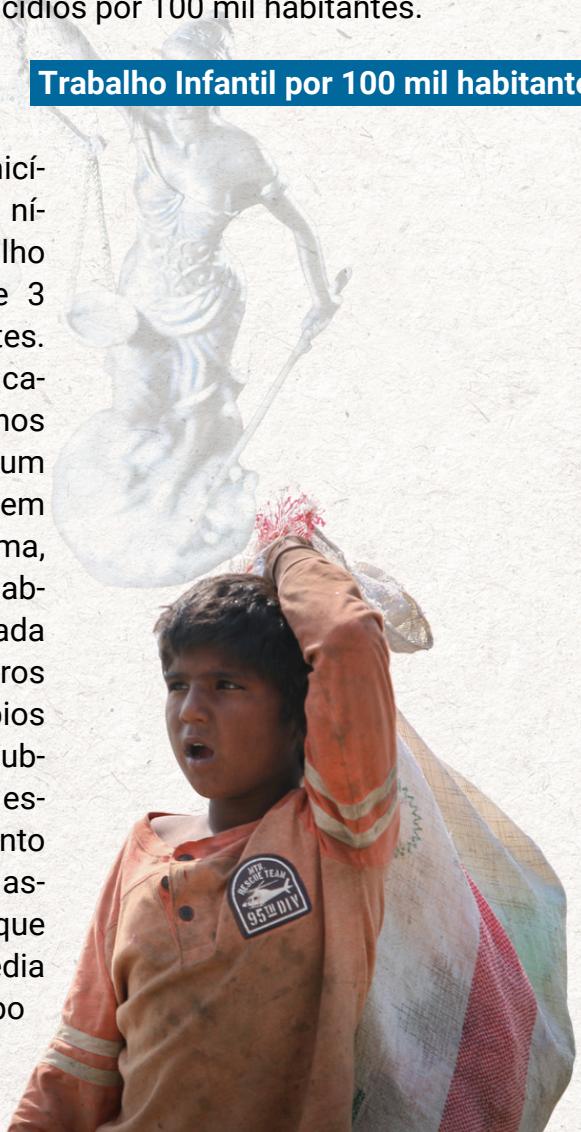
Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

Entre 2019 e 2023, o município de Prainha apresentou níveis muito baixos de trabalho infantil, variando entre 0 e 3 casos por 100 mil habitantes. O indicador iniciou em 3,6 casos em 2019 e foi zerado nos três anos seguintes, com um leve aumento para 3,1 em 2023. Essa oscilação mínima, embora positiva em termos absolutos, deve ser analisada com cautela, pois números muito baixos em municípios pequenos podem refletir subnotificação ou ausência de estrutura para monitoramento efetivo da violação. Ainda assim, o desempenho sugere que Prainha está abaixo da média regional e estadual nesse tipo

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

de vulnerabilidade (Gráfico 28).

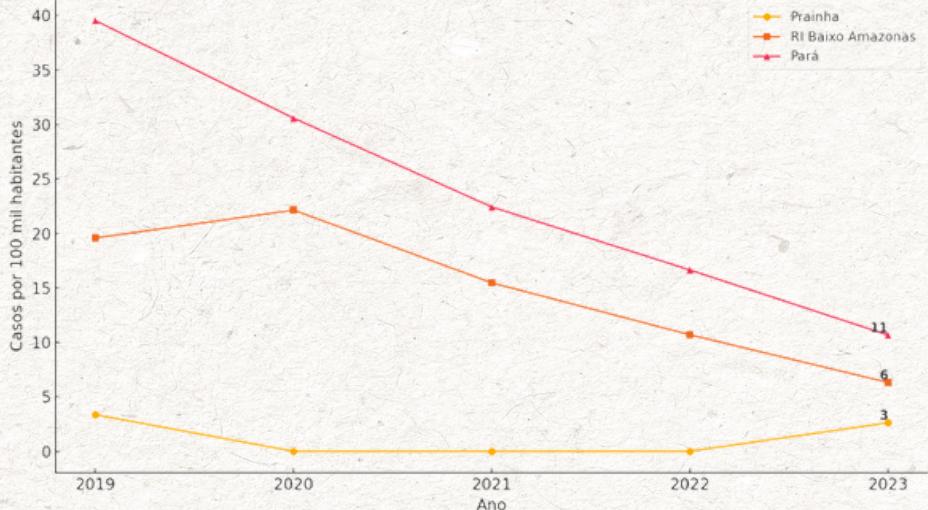
Na Região de Integração Baixo Amazonas, os níveis de trabalho infantil foram significativamente mais elevados ao longo do período, iniciando com 19,8 casos por 100 mil habitantes em 2019, atingindo pico em 2020 (22,1) e recuando de forma contínua até 6,3 em 2023. Essa redução expressiva pode estar associada a ações de fiscalização, políticas de assistência social e maior escolarização. Ainda assim, o patamar atual segue acima do verificado em Prainha, o que aponta para desigualdades intraregionais quanto à exposição de crianças e adolescentes ao trabalho precoce (Gráfico 28).





O estado do Pará como um todo também apresentou queda consistente do trabalho infantil no período, saindo de um nível alarmante de 39,4 casos em 2019 para 10,9 em 2023. Isso revela que políticas estaduais e federais vêm surtindo efeito, mesmo com desafios estruturais. A queda em todas as escalas territoriais indica avanços, mas também reforça a necessidade de vigilância constante e articulação de ações intersetoriais, principalmente nos municípios menores, para garantir que o trabalho infantil seja prevenido, monitorado e erradicado de forma definitiva, com foco na inclusão social e na permanência escolar (Gráfico 28).

Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

No município de Prainha, a taxa de homicídios por 100 mil habitantes passou por uma forte oscilação ao longo do período analisado. Em 2019 e 2020, os índices se mantiveram estáveis e baixos, em torno de 3,3 homicídios por 100 mil habitantes. No entanto, entre 2021 e 2022 houve um aumento expressivo, alcançando 19,7 – um salto que pode ter sido provocado por conflitos territoriais, violência interpessoal ou fragilidade das forças de segurança locais. Em 2023, houve recuo para 14,1, ainda assim um patamar significativamente acima dos primeiros anos. Essa tendência reforça a vulnerabilidade de

municípios pequenos a picos de violência pontuais (Gráfico 29).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador teve comportamento mais estável, embora também com variações. A taxa saiu de 16,3 em 2019, caiu para 11,7 em 2020, e manteve-se entre 13 e 16 nos anos seguintes, encerrando 2023 com 13,2 homicídios por 100 mil habitantes. Essa estabilidade relativa sugere uma presença mais estruturada de políticas públicas de segurança, ainda que o território não esteja imune a episódios de violência. A oscilação pode estar relacionada à presença de facções, conflitos fundiários

ou disputas associadas à exploração de recursos naturais (Gráfico 29).

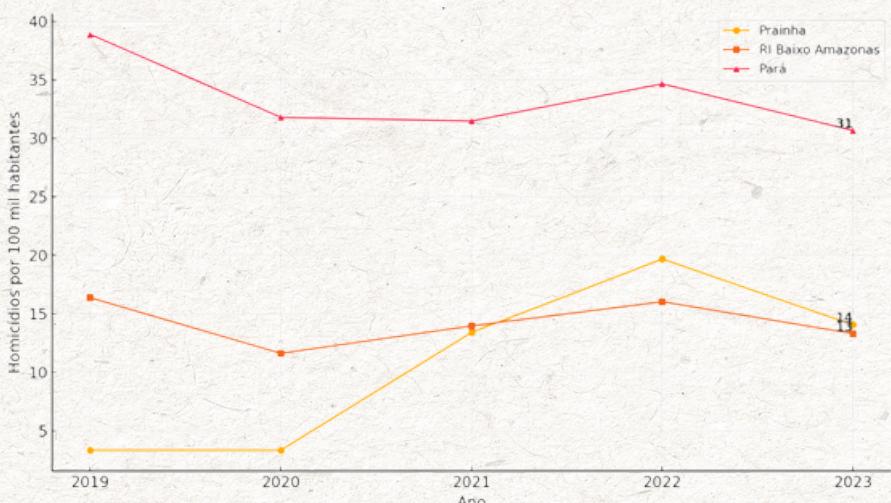
Em nível estadual, o Pará apresenta as maiores taxas de homicídio ao longo do período, embora com tendência de queda. A taxa passou de 38,7 em 2019 para 31,1 em 2023, o que representa uma redução importante, mas ainda mantém o estado em patamar elevado de violência letal. Esse contexto de alta criminalidade reflete desafios estruturais como desigualdade social, tráfico de drogas e fragilidade do sistema penal. Comparativamente, Prainha segue abaixo da média estadual, mas o pico regis-



trado em 2022 revela que o município está exposto a eventos críticos e precisa integrar-se às políticas de prevenção da violência, fortalecimento da segurança comunitária e acesso à justiça (Gráfico 29).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 14 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada .

Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.





Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Entre 2018 e 2020, o município de Prainha apresentou elevados níveis de gasto público municipal em relação ao seu PIB, com percentuais que variaram de 30,9% a 26,1%. Esse comportamento sugere uma estrutura municipal com forte dependência dos recursos públicos na dinâmica econômica local, o que é comum em municípios de menor porte e com baixa diversificação produtiva. O gasto público nesse contexto tende a ser o principal motor da atividade econômica, influenciando diretamente o emprego, a renda e os investimentos em infraestrutura e serviços (Gráfico 30).

Contudo, a partir de 2021, o indicador apresenta uma que-

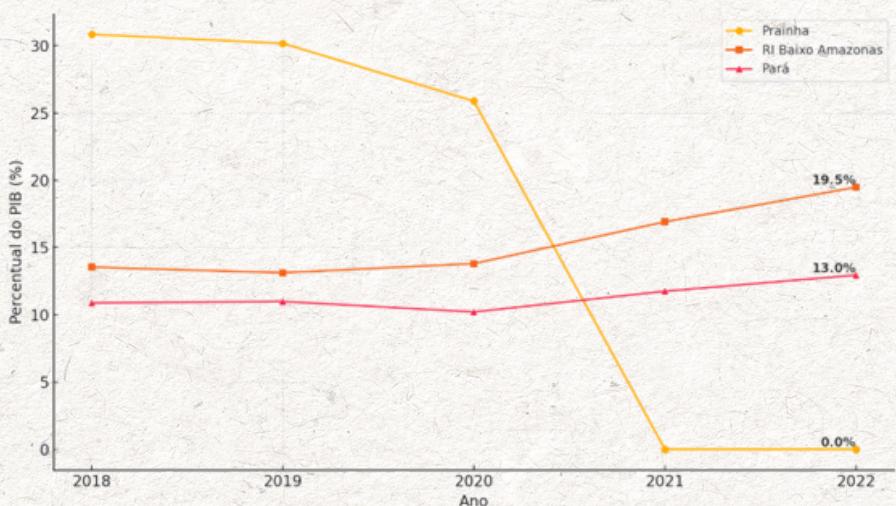
da abrupta e preocupante, chegando a 0% em 2021 e permanecendo assim em 2022. Essa interrupção pode refletir uma inconsistência nos dados declarados, problemas na base estatística utilizada para o cálculo, ou ainda uma suspensão significativa das despesas públicas municipais registradas no período. Independentemente da causa, a queda rompe completamente com a tendência anterior e destoa dos padrões observados tanto na Região de Integração Baixo Amazonas quanto no estado do Pará, o que exige uma apuração mais detalhada sobre a gestão orçamentária local (Gráfico 30).

Na comparação regional, a RI

Baixo Amazonas apresenta crescimento gradual, saindo de 13,7% em 2018 para 19,5% em 2022, enquanto o estado do Pará varia de 11% para 13% no mesmo intervalo. Esses dados mostram certa estabilidade e leve expansão do peso do gasto público no PIB nessas escalas, o que contrasta com o colapso do indicador em Prainha. Esse descompasso reforça a hipótese de descontinuidade administrativa, subdeclararão ou ausência de registros contábeis no município, o que pode comprometer o planejamento, a transparência fiscal e o acompanhamento de políticas públicas locais (Gráfico 30).

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.



Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

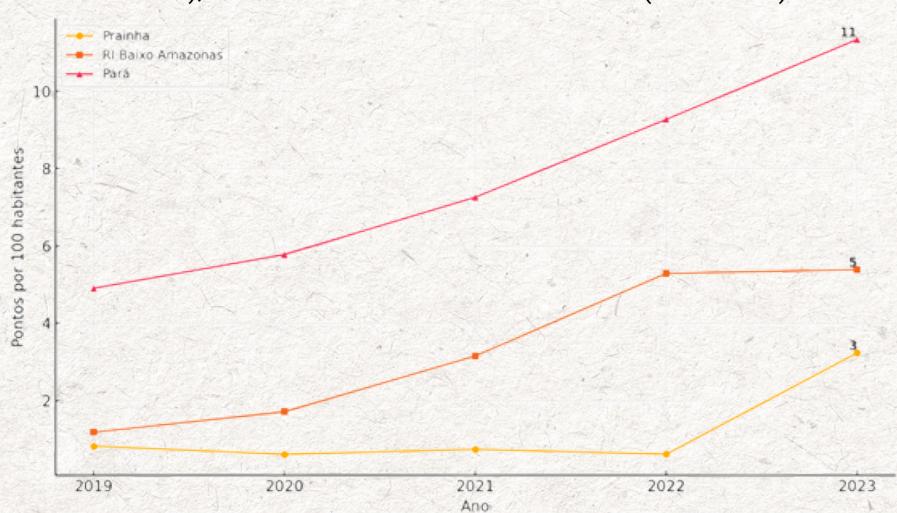
Entre 2019 e 2023, a taxa de acesso à banda larga fixa no município de Prainha apresentou evolução lenta e com baixos valores em comparação às demais escalas territoriais. O indicador partiu de 0,9 ponto por 100 habitantes em 2019 e oscilou de forma discreta até 2022, mantendo-se abaixo de 1 ponto na maior parte do período. Somente em 2023 houve uma elevação mais expressiva, alcançando 3 pontos por 100 habitantes. Ainda que o crescimento no último ano indique uma expansão da infraestrutura de conectividade, o nível de acesso permanece bastante limitado, refletindo as dificuldades de inclusão digital em áreas remotas da Amazônia (Gráfico 31).

Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador cresceu de forma mais constante e robusta. A taxa subiu de 1,2 ponto em 2019 para 5 pontos por 100 habitantes em 2023, mostrando que a região conseguiu ampliar sua cobertura de banda larga de forma gradual, mesmo partindo de uma base baixa. A evolução sugere investimentos mais consistentes em telecomunicações, especialmente em centros urbanos intermediários que compõem a RI. Isso reforça a importância de políticas públicas regionais e articulações com operadoras privadas para viabilizar o acesso à internet em municípios do interior (Gráfico 31).

O estado do Pará como um

todo demonstrou uma expansão significativa no acesso à banda larga fixa, saindo de 4,9 para 11 pontos por 100 habitantes no período analisado. A tendência de crescimento acelerado mostra que o estado vem acompanhando, ainda que com defasagens, a digitalização nacional, sobretudo em áreas urbanas mais desenvolvidas. O contraste com Prainha evidencia a desigualdade territorial no acesso às tecnologias de informação e comunicação, o que limita oportunidades educacionais, produtivas e de acesso a serviços públicos digitais na escala local. A ampliação da conectividade em municípios como Prainha é essencial para reduzir essas disparidades e promover inclusão social e econômica (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

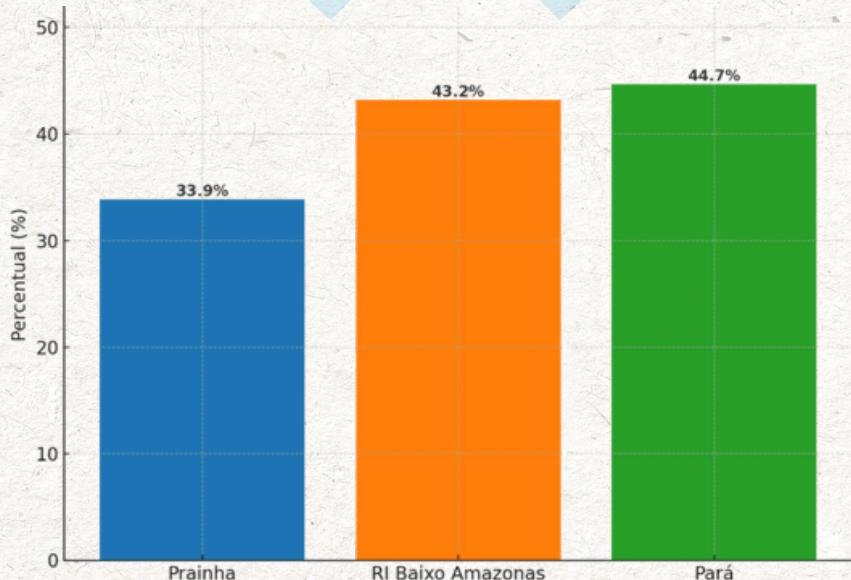
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3 Pontos/100 hab. enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Prainha** registrou um IDS de **33,9%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Prainha x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, dispõe por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução desconcentrada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

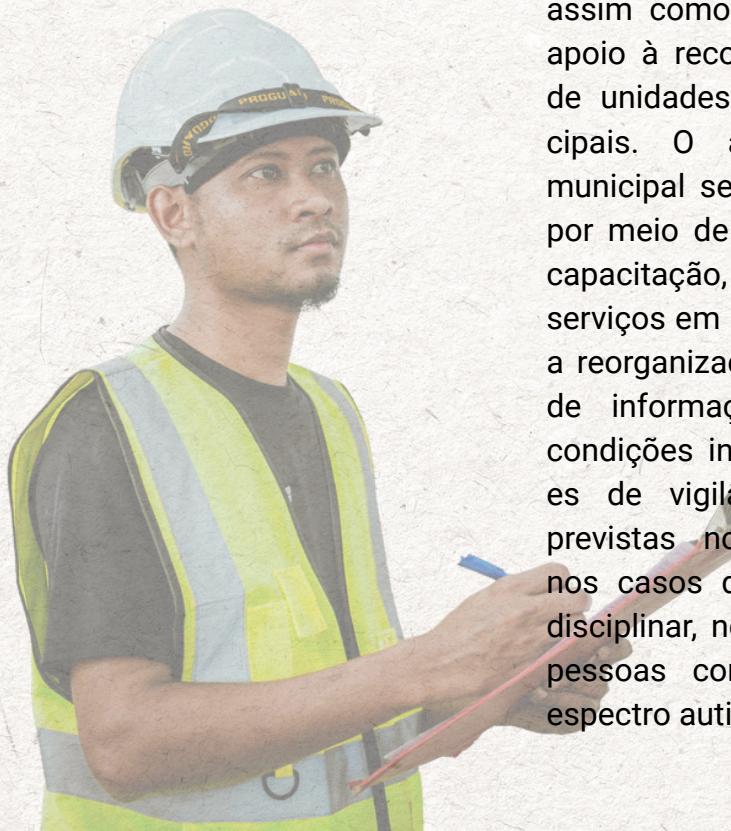
nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).





As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Prainha na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Acará e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparência e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

